

Magalu

Demonstrações Contábeis 31 de dezembro de 2020 e 2019



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	8
Demonstrações dos resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Demonstrações dos valores adicionados	14
Notas explicativas às demonstrações contábeis	15



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Magazine Luiza S.A.

Franca - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Magazine Luiza S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Magazine Luiza S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Aquisições de controladas (Combinações de negócios)

Ver notas explicativas nº 4 e 12 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>No exercício de 2020, a Companhia e suas controladas adquiriram o controle de outras Companhias mediante combinações de negócios.</p> <p>A contabilização de tais aquisições requer entre outros procedimentos, que a Companhia e suas controladas determinem o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura ou ganho por compra vantajosa na operação. Estes procedimentos envolvem um elevado grau de julgamento na determinação das estimativas de valores justos baseadas em metodologia, mensuração e premissas relacionados ao desempenho futuro do negócio adquirido e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza.</p> <p>Devido às incertezas relacionadas às metodologia e premissas, tais como a receita operacional bruta, as deduções, os custos operacionais, as despesas operacionais, o imposto de renda e a contribuição social, o capex, o capital de giro, a depreciação e a taxa de desconto inerentes à mensuração do valor justo, e consequentemente a determinação das informações que devem ser divulgadas para possibilitar que os usuários das demonstrações financeiras avaliem a natureza e os efeitos financeiros provenientes das combinações de negócios, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> – leitura dos contratos celebrados que formalizaram a combinação de negócios e a correspondente movimentação financeira da aquisição, tais como contratos e atas, e análise dos critérios de determinação do preço da aquisição, a harmonização das práticas contábeis e verificação se os saldos de partida são coerentes com o histórico; – com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e dos ágios apurados e, avaliamos as premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e sua relevância em relação às demonstrações financeiras como um todo por meio de análises de sensibilidade; – com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, comparamos os cálculos realizados com dados externos e históricos para analisar a razoabilidade do valor justo; e – avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes. <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes imateriais que afetaram a mensuração sobre a aquisição de negócio reconhecidas, os quais não</p>

	<p>foram registrados pela administração, por terem sido considerados imateriais.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os valores reconhecidos e as divulgações sobre a aquisição de negócio são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>
--	---

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 08 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcelle Mayume Komukai
Contadora CRC 1SP249703/O-5

Magazine Luiza S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.281.569	180.799	1.681.376	305.746
Títulos e valores mobiliários	6	1.220.095	4.446.143	1.221.779	4.448.158
Contas a receber	7	3.460.711	2.769.649	4.761.899	2.915.034
Estoques	8	5.459.037	3.509.334	5.927.236	3.801.763
Contas a receber de partes relacionadas	9	2.661.364	373.995	2.329.648	370.036
Tributos a recuperar	10	594.782	777.929	716.118	864.144
Outros ativos		121.925	99.166	160.754	136.280
Total do ativo circulante		14.799.483	12.157.015	16.798.810	12.841.161
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	-	214
Contas a receber	7	16.140	14.314	16.140	16.842
Tributos a recuperar	10	740.927	1.039.684	787.934	1.137.790
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	164.047	-	196.736	12.712
Depósitos judiciais	22	660.734	428.042	843.852	570.142
Outros ativos		3.703	9.030	6.333	11.003
Investimentos em controladas	12	1.318.347	935.573	-	-
Investimentos em controladas em conjunto	13	386.725	305.091	386.725	305.091
Direito de uso de arrendamento	14	2.441.539	2.203.827	2.465.514	2.273.786
Imobilizado	15	1.171.758	992.372	1.258.162	1.076.704
Intangível	16	593.427	526.869	1.886.997	1.545.628
Total do ativo não circulante		7.497.347	6.454.802	7.848.393	6.949.912
Total do ativo					
		22.296.830	18.611.817	24.647.203	19.791.073

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Magazine Luiza S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Nota	Controladora		Consolidado		
	2020	2019	2020	2019	
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	17	7.679.861	5.413.546	8.501.398	5.934.877
Parceiros e outros depósitos	18	-	-	718.482	-
Empréstimos e financiamentos	19	1.666.243	8.192	1.667.181	9.967
Salários, férias e encargos sociais		294.314	309.007	359.721	354.717
Tributos a recolher		331.113	307.695	401.308	352.008
Contas a pagar a partes relacionadas	9	189.135	152.094	130.286	152.126
Arrendamento mercantil	14	340.801	311.960	351.152	330.571
Receita diferida	20	39.157	39.157	43.009	43.036
Dividendos a pagar	23	39.953	123.566	39.953	123.566
Outras contas a pagar	21	931.602	537.825	1.203.655	701.719
Total do passivo circulante		11.512.179	7.203.042	13.416.145	8.002.587
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	17.725	838.862	19.581	838.862
Arrendamento mercantil	14	2.156.522	1.893.790	2.175.152	1.949.751
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	3.725	24.843	39.043
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	998.250	767.938	1.379.935	1.037.119
Receita diferida	20	286.867	339.523	301.270	356.801
Outras contas a pagar	21	-	-	4.990	1.973
Total do passivo não circulante		3.459.364	3.843.838	3.905.771	4.223.549
Total do passivo		14.971.543	11.046.880	17.321.916	12.226.136
Patrimônio líquido					
Capital social	23	5.952.282	5.952.282	5.952.282	5.952.282
Reserva de capital		390.644	323.263	390.644	323.263
Ações em tesouraria		(603.681)	(124.533)	(603.681)	(124.533)
Reserva legal		122.968	109.001	122.968	109.001
Reserva de lucros		1.451.923	1.301.756	1.451.923	1.301.756
Ajuste de avaliação patrimonial		11.151	3.168	11.151	3.168
Total do patrimônio líquido		7.325.287	7.564.937	7.325.287	7.564.937
Total do Passivo e Patrimônio líquido		22.296.830	18.611.817	24.647.203	19.791.073

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita líquida de vendas	24	26.130.544	18.491.861	29.177.113	19.886.310
Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	25	(19.672.090)	(13.464.405)	(21.657.151)	(14.332.349)
Lucro bruto		6.458.454	5.027.456	7.519.962	5.553.961
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	26	(4.476.887)	(3.134.586)	(5.162.618)	(3.444.112)
Gerais e administrativas	26	(725.716)	(534.573)	(906.799)	(701.587)
Perdas por redução ao valor recuperável de créditos		(100.388)	(69.676)	(118.119)	(75.993)
Depreciação e amortização	14 15 16	(569.325)	(438.009)	(702.523)	(486.975)
Resultado de equivalência patrimonial	12 13	36.553	79.730	119.929	26.607
Outras receitas operacionais, líquidas	26 27	81.834	352.031	74.744	416.662
		(5.753.929)	(3.745.083)	(6.695.386)	(4.265.398)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		704.525	1.282.373	824.576	1.288.563
Receitas financeiras		201.463	647.421	183.368	674.363
Despesas financeiras		(526.543)	(714.410)	(593.863)	(744.776)
Resultado financeiro	28	(325.080)	(66.989)	(410.495)	(70.413)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		379.445	1.215.384	414.081	1.218.150
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	11	12.264	(293.556)	(22.372)	(296.322)
Lucro líquido do exercício		391.709	921.828	391.709	921.828
Lucro por ação					
Básico (reais por ação)	23	0,061	0,142	0,061	0,142
Diluído (reais por ação)	23	0,060	0,141	0,060	0,141

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Lucro líquido do exercício	391.709	921.828
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:		
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial - participação nos Outros Resultados Abrangentes – ORA	6.853	6.001
Efeito dos impostos	(2.307)	(2.318)
Total	4.546	3.683
Ativos financeiros mensurados ao valor justo – VJORA	5.208	(8.858)
Efeito dos impostos	(1.771)	3.012
Total	3.437	(5.846)
Total de itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	7.983	(2.163)
Total dos resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	399.692	919.665
Atribuível a:		
Acionistas controladores	399.692	919.665

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Magazine Luiza S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Nota	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva de lucros			Lucro líquido	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
					Reserva de reforço de capital de giro	Dividendos adicionais propostos	Reserva de incentivos fiscais			
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1.719.886	52.175	(87.015)	65.644	395.561	-	151.290	-	5.331	2.302.872
Emissão de ações ordinárias	4.300.000	-	-	-	-	-	-	-	-	4.300.000
Gastos com emissões de ações, líquidas de impostos	(67.604)	-	-	-	-	-	-	-	-	(67.604)
Plano de ações	-	92.126	-	-	-	-	-	-	-	92.126
Ações em tesouraria adquiridas	-	-	(142.773)	-	-	-	-	-	-	(142.773)
Ações em tesouraria vendidas	-	178.962	105.255	-	-	-	-	-	-	284.217
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	921.828	-	921.828
Destinações:										
Reserva legal	-	-	-	43.357	-	-	-	(43.357)	-	-
Juros sobre capital próprio declarados	-	-	-	-	-	170.000	-	(170.000)	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	167.348	-	(290.914)	-	(123.566)
Reservas de lucros	-	-	-	-	362.860	-	54.697	(417.557)	-	-
	4.232.396	271.088	(37.518)	43.357	362.860	337.348	54.697	-	-	5.264.228
Outros resultados abrangentes:										
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.163)	(2.163)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.952.282	323.263	(124.533)	109.001	758.421	337.348	205.987	-	3.168	7.564.937
23 Plano de ações	-	96.559	-	-	-	-	-	-	-	96.559
23 Ações em tesouraria adquiridas	-	-	(573.827)	-	-	-	-	-	-	(573.827)
23 Ações em tesouraria vendidas	-	(112.531)	94.679	-	-	-	-	-	-	(17.852)
23 Contraprestação por aquisição	-	83.353	-	-	-	-	-	-	-	83.353
23 Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(199.074)	-	-	-	(199.074)
23 Reserva de capital de giro	-	-	-	-	138.274	(138.274)	-	-	-	-
23 Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	391.709	-	391.709
23 Destinações:										
23 Reserva legal	-	-	-	13.967	-	-	-	(13.967)	-	-
23 Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(39.806)	-	(39.806)
23 Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	130.194	-	(130.194)	-	-
23 Reservas de lucros	-	-	-	-	95.374	-	112.368	(207.742)	-	-
	-	67.381	(479.148)	13.967	233.648	(207.154)	112.368	-	-	(258.938)
Outros resultados abrangentes:										
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	11.305	-	-	-	7.983	19.288
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.952.282	390.644	(603.681)	122.968	1.003.374	130.194	318.355	-	11.151	7.325.287

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	391.709	921.828	391.709	921.828
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado	11	(12.264)	293.556	22.372
Depreciação e amortização	14 15 16	569.325	438.009	702.523
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos provisionados	14 19	222.482	198.545	228.488
Rendimento de títulos e valores mobiliários		(50.481)	(30.083)	(50.481)
Equivalência patrimonial	12 13	(36.553)	(79.730)	(119.929)
Movimentação da provisão para perdas em contas a receber e estoques	7 8	65.071	348.246	67.045
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	242.202	431.730	282.481
Resultado na venda de ativo imobilizado	27	3.720	(4.986)	1.897
Apropriação da receita diferida	27	(53.691)	(51.457)	(56.593)
Despesas com plano de ações		98.832	75.151	110.615
Lucro líquido do exercício ajustado		1.440.352	2.540.809	1.580.127
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber		(795.096)	(855.983)	(1.936.797)
Títulos e valores mobiliários		3.276.529	(4.006.949)	3.277.074
Estoques		(1.897.822)	(967.469)	(2.065.500)
Contas a receber de partes relacionadas		(2.276.667)	(168.839)	(1.946.792)
Tributos a recuperar		458.826	(1.367.243)	475.165
Depósitos Judiciais		(232.692)	(78.814)	(273.691)
Outros ativos		(978)	(20.817)	2.419
Variação nos ativos operacionais		(1.467.900)	(7.466.114)	(2.468.122)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores		2.266.315	1.345.087	2.563.648
Parceiros e outros depósitos		-	-	718.482
Salários, férias e encargos sociais		(14.693)	58.215	833
Tributos a recolher		(90.164)	98.960	(78.933)
Contas a pagar a partes relacionadas		37.041	26.741	(21.840)
Outras contas a pagar		372.262	130.489	400.649
Caixa gerado pelas atividades operacionais		2.570.761	1.659.492	3.582.839
Imposto de renda e contribuição social pagos		(71.176)	(52.129)	(118.324)
Recebimento de dividendos		27.362	23.848	27.362
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		2.499.399	(3.294.094)	2.603.882
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	15	(348.004)	(396.221)	(371.991)
Aquisição de ativo intangível	16	(139.582)	(107.150)	(171.850)
Aumento de capital em controlada	12	(364.719)	(275.000)	-
Pagamento por aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido		-	(475.856)	(107.604)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(852.305)	(1.254.227)	(651.445)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	19	800.000	798.944	801.126
Pagamento de empréstimos e financiamentos	19	(11.342)	(407.247)	(22.637)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	19	(796)	(49.560)	(797)
Pagamento de arrendamento mercantil	14	(275.850)	(205.695)	(290.160)
Pagamento de juros sobre arrendamento mercantil	14	(191.579)	(147.715)	(197.582)
Pagamento de dividendos		(299.405)	(182.000)	(299.405)
Alienação (aquisição) de ações em tesouraria		(567.352)	141.445	(567.352)
Recursos provenientes da emissão de ações		-	4.300.000	-
Pagamento de gastos com emissão de ações, líquido de tributos		-	(67.605)	-
Fluxo de caixa aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamento		(546.324)	4.180.567	(576.807)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		1.100.770	(367.754)	1.375.630
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		180.799	548.553	305.746
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1.281.569	180.799	1.681.376
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		1.100.770	(367.754)	1.375.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	31.020.064	21.611.120	34.698.057	23.312.470
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	(100.388)	(69.676)	(118.119)	(75.993)
Outras receitas operacionais	104.617	560.561	104.130	654.037
	31.024.293	22.102.005	34.684.068	23.890.514
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	(21.784.187)	(14.734.096)	(23.602.802)	(15.577.346)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.150.597)	(1.943.257)	(3.751.323)	(2.273.691)
Perda e recuperação de valores ativos	55.109	(143.479)	54.658	(143.680)
	(24.879.675)	(16.820.832)	(27.299.467)	(17.994.717)
Valor adicionado bruto	6.144.618	5.281.173	7.384.601	5.895.797
Depreciação e amortização	(569.325)	(438.009)	(702.523)	(486.975)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	5.575.293	4.843.164	6.682.078	5.408.822
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	36.553	79.730	119.929	26.607
Receitas financeiras	201.463	647.421	183.368	674.363
Valor adicionado total a distribuir	5.813.309	5.570.315	6.985.375	6.109.792
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos:				
Remuneração direta	1.407.830	1.228.902	1.571.916	1.338.652
Benefícios	332.861	361.209	386.514	390.164
FGTS	105.025	104.012	124.581	113.553
	1.845.716	1.694.123	2.083.011	1.842.369
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	421.541	557.168	751.504	689.134
Estaduais	2.499.638	1.558.901	2.985.133	1.746.614
Municipais	76.610	73.098	93.572	79.047
	2.997.789	2.189.167	3.830.209	2.514.795
Remuneração de capital de terceiros:				
Juros	444.109	588.038	455.890	637.474
Aluguéis	56.902	80.439	88.954	89.299
Outras	77.084	96.720	135.602	104.027
	578.095	765.197	680.446	830.800
Remuneração de capital próprio:				
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	170.000	460.914	170.000	460.914
Lucro retidos	221.709	460.914	221.709	460.914
	391.709	921.828	391.709	921.828
	5.813.309	5.570.315	6.985.375	6.109.792

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às informações

1. Informações gerais

O Magazine Luiza S.A. ("Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código "MGLU3" e atua, preponderantemente, no comércio varejista, por meio de lojas físicas, e-commerce e seu SuperApp, que é um aplicativo que oferece produtos e serviços do Magazine Luiza, de suas controladas e, através da plataforma de marketplace, de parceiros comerciais ("sellers"). Suas controladas em conjunto (nota explicativa 13), oferecem serviços de operações de empréstimos, financiamentos e seguros aos seus clientes. Sua sede social está localizada na cidade de Franca, Estado de São Paulo, Brasil. Sua Controladora e "holding" é a LTD Administração e Participação S.A.

O Magazine Luiza S.A. e suas controladas doravante serão referidos como "Companhia" para fins deste relatório, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía 1.301 lojas e 23 centros de distribuição (1.113 lojas e 17 centros de distribuição em 31 de dezembro de 2019) localizados em todas as regiões do País. Atuava também nos sites de comércio eletrônico www.magazineluiza.com.br, www.epocacosmeticos.com.br, www.netshoes.com.br, www.zattini.com.br, www.shoestock.com.br e seus respectivos aplicativos "*mobile*", bem como pelo aplicativo de "*food delivery*" AiQfome.

Em 03 de março de 2021, o Conselho de Administração autorizou a emissão dessas demonstrações contábeis.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

2.1. Bases de elaboração, apresentação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.2. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Companhia é o Real. As demonstrações contábeis de cada controlada, bem como as demonstrações contábeis utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas em reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da controladora e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

A base de consolidação da Companhia inclui:

Nome da controlada	Principal atividade	Participação direta ou indireta %	
		2020	2019
Época Cosméticos	Comércio eletrônico de perfumes e cosméticos	100%	100%
Integra Commerce	Integração e gestão de relacionamento entre lojistas e marketplaces	100%	100%
Luiza Administradora de Consórcios (LAC)	Administradora de consórcios	100%	100%
Magalu Log (Magalog)	Empresa de serviços logísticos	100%	100%
Softbox Sistemas de Informação	Soluções tecnológicas para varejo e indústrias de bens de consumo	100%	100%
Certa Administração	Marketplace de serviços financeiros	100%	100%
Kelex Tecnologia	Integração e gestão de relacionamento entre lojistas e marketplaces	100%	100%
Netshoes	Comércio eletrônico de artigos esportivos e moda	100%	100%
Magalu Pagamentos	Instituição de Pagamentos da Companhia	100%	100%

As demonstrações contábeis consolidadas também contemplam os fundos de investimentos exclusivos, onde a Companhia mantém parte de suas aplicações financeiras, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 6.

No processo de consolidação das demonstrações contábeis são contempladas as seguintes eliminações:

- Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais as informações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

2.4. Impactos relacionados à pandemia Covid-19

A propagação da Covid-19, desde o início de 2020, tem afetado os negócios e atividades econômicas em escala global. Neste cenário de bastante incerteza, a Companhia instituiu um Comitê de Contingência interno, que vem acompanhando a evolução da pandemia, tomando algumas decisões importantes e elegeu três prioridades: a saúde e segurança de seus colaboradores, a continuidade da operação e a manutenção dos empregos. Dentro desses três pilares de enfrentamento da crise, a Companhia tomou as seguintes medidas de curto prazo:

- a) Fechamento temporário de todas as lojas físicas a partir de 20 de março de 2020, com a reabertura gradual a partir de 22 de abril de 2020, seguindo uma rígida análise de mapa de risco da pandemia nas localidades onde opera, bem como os decretos locais. Na data de divulgação dessas demonstrações contábeis 64 lojas estavam fechadas para vendas.
- b) Reforço de caixa: apesar de finalizar o exercício de 2019 com forte posição de caixa, a Companhia fez em 06 de abril de 2020 a captação de R\$ 800 milhões via distribuição pública, com esforços restritos da 8ª. Emissão de Debêntures, com remuneração de CDI + 1,5% a.a. e vencimento único em 13 de março de 2021 (veja nota explicativa 19).
- c) Negociação com fornecedores e prestadores de serviços: a Companhia abriu uma frente de negociação de prazos de pagamentos com seus principais fornecedores e de redução de despesas com seus prestadores de serviços, bem como renegociação de aluguéis de imóveis. No exercício foram renegociados 889 contratos de aluguel (veja nota explicativa 14).
- d) Contenção de despesas com pessoal: no mês de março, assim que as lojas físicas foram fechadas, a Companhia antecipou e pagou as férias de aproximadamente 23 mil colaboradores, anteriormente provisionadas. No fim do mês de abril, após realizar um *capacity planning* para os próximos meses, a Companhia aderiu a Medida Provisória (MP) 936/2020, reduzindo jornada de trabalho e salário de alguns colaboradores e suspendendo o contrato de outros, conforme os instrumentos previstos pela própria MP. Adicionalmente, foram reduzidas a remuneração do presidente e vice-presidente executivos em 80%, a remuneração diretores executivos e membros do conselho de administração em 50% e dos demais diretores em 25%. Tendo em vista a melhoria gradual do cenário econômico e a alavancagem nas vendas pelo e-commerce, a Companhia decidiu retomar no mês de julho a jornada e salários dos níveis administrativos. Na data de emissão dessas demonstrações contábeis a MP não estava em vigência, portanto nenhum colaborador permanecia afastado ou com salário reduzido.

Além dessas medidas de curto prazo, a Companhia, considerando os Ofícios Circulares da CVM/SNC 02 e 03/2020, analisou os principais riscos e incertezas advindos pela Covid-19, frente às suas demonstrações financeiras. Abaixo elencamos as principais análises realizadas:

- a) Risco de continuidade operacional: A Companhia não identificou elementos que configurem em risco de continuidade operacional.
- b) Contas a receber de clientes e provisão para perda esperada de créditos: a Companhia observou uma diminuição no fluxo de pagamentos do CDC (Crédito Direto ao Consumidor) no início da pandemia. Porém, de acordo com análises internas, esta diminuição estava significativamente vinculada ao fechamento de suas lojas físicas e a cultura de seus clientes de pagarem suas prestações diretamente nos caixas das lojas, configurando assim em uma restrição temporária de liquidez e não um aumento significativo no risco de crédito. Na data base dessas demonstrações contábeis a Companhia já observava índices de recebimento similares ao período pré-pandemia. Assim, a Companhia não registrou provisões adicionais significativas em 31 de dezembro de 2020. O montante registrado de provisão para perda esperada de créditos em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 95,8 milhões na Controladora e R\$ 115,2 milhões no Consolidado e sua movimentação está divulgada na nota explicativa 7.

- c) Risco de perda por realização dos estoques: a Companhia tem por política contábil o registro e apresentação de seu estoque pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização. Esta análise foi realizada na data base e o saldo apresentado na nota explicativa 8.
- d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – “impairment”: A Companhia não identificou necessidade de impairment no exercício.

3. Principais políticas e práticas contábeis

As principais políticas e práticas contábeis estão descritas a cada nota explicativa correspondente, exceto as abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

3.1. Transações e atualizações monetárias de direitos e obrigações

Os ativos e passivos monetários sujeitos a reajustes contratuais ou variações cambiais e monetárias são atualizados até a data do balanço patrimonial, sendo essas variações reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Quando existentes, os ativos e passivos monetários indexados em moeda estrangeira são convertidos para Reais usando-se a taxa de câmbio vigente na data de fechamento dos respectivos balanços patrimoniais. As diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.2. Redução ao valor líquido recuperável de ativos (“impairment”)

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

iii) Alocação dos saldos de ágio

O ágio é alocado a cada unidade geradora de caixa e é submetido anualmente a uma avaliação de sua recuperação ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade geradora de caixa apresente performance abaixo do esperado. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil somado ao ágio a ela alocado, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada na redução do ágio alocado à unidade e posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um desses ativos. Qualquer perda no valor de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício em que ocorreu sua identificação, a qual não é revertida em períodos subsequentes, mesmo que os fatores que levaram ao seu registro deixem de existir.

3.3. Ajustes a valor presente

As principais transações que resultam em ajustes a valor presente são relacionadas a operações de compra de mercadorias para revenda, efetuadas a prazo, bem como operações de revenda de mercadorias, cujos saldos são parcelados aos clientes, as quais são efetuadas com taxas de juros pré-fixadas. Vendas e compras são descontadas para determinar o valor presente na data das transações e considerando os prazos de parcelamento.

A taxa de desconto utilizada considera os efeitos das taxas de financiamento levadas ao consumidor final, ponderada ao percentual de risco de inadimplência avaliado e já considerado na provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O ajuste a valor presente das operações de revenda de mercadorias a prazo tem como contrapartida a rubrica “Contas a receber”. Sua realização é registrada na rubrica “Receitas de vendas de mercadorias”, também pela fruição de prazo.

O ajuste a valor presente do passivo relativo às operações de compra de mercadorias para revenda é registrado na rubrica “Fornecedores” com contrapartida na conta de “Estoques”. Sua reversão é registrada na rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das prestações de serviços” pela fruição de prazo.

3.4. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

3.5. Benefício de empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Acordos de pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos elegíveis é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os elegíveis adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (vesting date).

3.6. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. É apresentada como parte de suas demonstrações contábeis individuais conforme requerido pela legislação societária brasileira e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas por não ser uma demonstração prevista e obrigatória conforme as IFRS.

3.7. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

3.8. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16) 60
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).

4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 2.3 - Bases de consolidação e investimentos em controladas: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida;

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 7 - Contas a receber: critérios e montantes da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa 8 - Estoques: critérios e montantes para a provisão para perdas em estoques;
- Nota explicativa 11 - Imposto de renda e contribuição social: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota explicativa 12 - Investimentos em controladas: aquisição de controlada pelo valor justo da contraprestação transferida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. A determinação desses valores envolvem um elevado grau de julgamento na determinação das metodologias e premissas, tais como a receita operacional bruta, as deduções, os custos operacionais, as despesas operacionais, o imposto de renda e a contribuição social, o capex, o capital de giro, a depreciação e a taxa de desconto inerentes à mensuração do valor justo;;
- Nota explicativa 15 e 16- Imobilizado e Intangível - estimativa da vida útil dos ativos de longa duração;
- Nota explicativa 16 - Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento. A determinação do ágio na aquisição de redes de empresas de varejo é um processo complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento, perenidade e rentabilidade dos negócios da Companhia para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão;
- Notas explicativas 22 - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa 29 - Redução ao valor líquido recuperável de ativos ("impairment): determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

A Administração da Companhia define como “Caixa e equivalentes de caixa” os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos financeiros de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor, sendo registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Na nota explicativa 30 está descrita a política de risco de crédito e análise de sensibilidade.

	Taxas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Caixa		62.235	84.112	62.595	84.215
Bancos		92.660	83.506	299.571	156.403
Certificados de depósitos bancários	De 70% a 101% CDI	1.126.674	13.181	1.286.791	24.247
Fundos de investimentos não exclusivos	De 92,5% a 100% CDI	-	-	32.419	40.881
Total		1.281.569	180.799	1.681.376	305.746

A análise de risco de crédito e de sensibilidade está descrita na nota explicativa nº 29.

6. Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros

Ativos financeiros	Taxas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Fundo de investimento não exclusivo	97% CDI	12.287	12.094	13.811	14.323
Fundo de investimento exclusivo:	(a)				
Títulos públicos federais e operações compromissadas	Nota 9	1.207.808	4.434.049	1.207.968	4.434.049
Total		1.220.095	4.446.143	1.221.779	4.448.372
Ativo circulante		1.220.095	4.446.143	1.221.779	4.448.158
Ativo não circulante		-	-	-	214

- (a) Refere-se aos fundos de investimentos exclusivos de renda fixa. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a carteira estava distribuída nas modalidades de investimentos descritas na tabela acima, que estão atreladas a títulos e operações financeiras e referenciadas à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), com o objetivo de retornar a rentabilidade média de 103% do CDI à Companhia.

A análise de risco de crédito e de sensibilidade está descrita na nota explicativa nº 29.

7. Contas a receber

Política contábil

Contas a receber são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor dos títulos, ajustado a valor presente, quando aplicável, representadas, principalmente, por créditos de vendas parceladas no crediário e com cartão de crédito, contas a receber por serviços prestados, recebíveis de bonificações com fornecedores e pela provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de financiamentos e demais valores a receber existentes na data do balanço. O critério de constituição da provisão leva em consideração, para as atividades de varejo, os índices de perdas históricos por faixa de vencimento da carteira, conforme mencionado na nota 29.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Contas a receber de clientes:				
Cartões de crédito (a)	2.641.426	2.036.665	3.847.324	2.121.008
Cartões de débito (a)	9.617	5.634	9.599	5.634
Crediário próprio (b)	519.086	345.655	519.086	341.513
Serviços a clientes (c)	146.375	185.716	185.702	185.716
Demais contas a receber	23.242	14.718	99.805	72.559
Total de contas a receber de clientes	3.339.746	2.588.388	4.661.516	2.726.430
Provenientes de acordos comerciais (d)	296.452	301.207	318.050	327.104
Provisão para perda esperada de créditos	(95.832)	(93.248)	(115.207)	(109.274)
Ajuste a valor presente	(63.515)	(12.384)	(86.320)	(12.384)
Total	3.476.851	2.783.963	4.778.039	2.931.876
Ativo circulante	3.460.711	2.769.649	4.761.899	2.915.034
Ativo não circulante	16.140	14.314	16.140	16.842

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de 33 dias na controladora e 36 no consolidado em 31 de dezembro de 2020 (37 dias na Controladora e Consolidado em 31 de dezembro de 2019).

- Contas a receber decorrentes das vendas realizadas por meio dos cartões de crédito e débito, os quais a Companhia recebe das adquirentes em montantes, prazos e quantidade de parcelas definidos no momento da venda dos produtos. No Consolidado está somado o recebível de adquirentes transacionado na Magalu Pagamentos e que será repassado aos parceiros ("sellers") conforme descrito na nota explicativa 18. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía créditos cedidos a adquirentes e instituições financeiras que montavam R\$ 3.498.647 (R\$ 1.405.428 em 31 de dezembro de 2019) na Controladora e R\$ 4.547.865 (R\$ 1.679.790 em 31 de dezembro de 2019) no Consolidado, sobre os quais é aplicado um desconto que varia de CDI+0,25% e CDI+1,34%. A Companhia, por meio das operações de cessão de recebíveis em cartões, transfere para as adquirentes e instituições financeiras todos os riscos de recebimento dos clientes e, deste modo, liquida as contas a receber relativas a esses créditos.
- Refere-se às contas a receber decorrentes de vendas financiadas pela Companhia e por outras instituições financeiras
- Refere-se principalmente a vendas intermediadas pela Controladora para a Luizaseg e Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A.. A Controladora destina às suas parceiras o valor da garantia estendida e outros seguros, em sua totalidade, no mês subsequente à venda e recebe dos clientes de acordo com o prazo firmado na transação. Adicionalmente, nessa rubrica estão alocados os recebíveis por serviços de marketplace e outros serviços.
- Refere-se a bonificações a serem recebidas de fornecedores devido ao atendimento do volume de compras, bem como de acordos que definem participação do fornecedor nos dispêndios relacionados à veiculação de propaganda e publicidade (propaganda cooperada).

A movimentação da provisão para perda por redução ao valor recuperável de créditos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	(93.248)	(73.510)	(109.274)	(73.510)
(+) Adições	(116.952)	(99.385)	(127.018)	(122.458)
(-) Baixas	114.368	79.647	121.085	86.694
Saldo final	(95.832)	(93.248)	(115.207)	(109.274)

A análise de impactos em função da pandemia causada pelo coronavírus (Covid-19) está descrita na nota 2.2. A análise de risco de crédito está apresentada na nota 29.

A composição das contas a receber de clientes e provenientes de acordos comerciais por idade de vencimento é como segue:

	Contas a receber de clientes				Provenientes de acordos comerciais			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Valores a vencer:								
Até 30 dias	445.562	526.828	623.483	581.871	30.090	23.716	26.315	45.039
Entre 31 e 60 dias	234.265	295.077	322.979	317.626	22.039	27.079	27.233	27.079
Entre 61 e 90 dias	244.400	313.013	390.644	328.798	78.655	97.994	78.655	97.994
Entre 91 e 180 dias	1.199.670	685.185	1.738.314	700.311	140.868	122.262	140.868	122.262
Entre 181 e 360 dias	1.101.008	683.473	1.442.375	695.840	6.178	18.899	6.178	18.899
Acima de 361 dias	49.969	21.195	49.981	21.198	-	-	-	-
	3.274.874	2.524.771	4.567.776	2.645.644	277.830	289.950	279.249	311.273
Valores vencidos:								
Até 30 dias	19.338	18.015	23.792	18.491	5.506	1.648	20.531	3.846
Entre 31 e 60 dias	11.029	10.005	13.030	10.005	3.209	6.488	5.543	7.662
Entre 61 e 90 dias	8.815	9.283	10.225	9.283	1.153	593	2.346	976
Entre 91 e 180 dias	25.690	26.314	46.693	43.007	8.754	2.528	10.381	3.347
	64.872	63.617	93.740	80.786	18.622	11.257	38.801	15.831
Total	3.339.746	2.588.388	4.661.516	2.726.430	296.452	301.207	318.050	327.104

8. Estoques

Política contábil

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização. O custo médio de aquisição compreende o preço de compra, os impostos e tributos não recuperáveis, como por exemplo, o ICMS substituição tributária, bem como outros custos diretamente atribuíveis à aquisição. As provisões para perdas nos estoques são compostas pela provisão para realização de estoques que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda e provisão para obsolescência que considera mercadorias com giro lento e aquelas encaminhadas à assistência técnica, além da provisão para perdas em inventários físicos de lojas e centros de distribuição.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Mercadorias para revenda	5.518.661	3.668.831	5.989.773	3.972.334
Material para consumo	30.484	17.018	38.641	25.277
Provisões para perdas nos estoques	(90.108)	(176.515)	(101.178)	(195.848)
Total	5.459.037	3.509.334	5.927.236	3.801.763

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui estoques de mercadorias para revendas dadas em garantias de processos judiciais, em fase de execução, no montante aproximado de R\$ 21.882 (R\$ 30.810 em 31 de dezembro de 2019).

A movimentação da provisão para perdas nos estoques é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	(176.515)	(68.939)	(195.848)	(69.793)
Constituição da provisão	(95.946)	(266.558)	(100.830)	(326.990)
Estoques baixados ou vendidos	182.353	158.982	195.500	200.935
Saldo final	(90.108)	(176.515)	(101.178)	(195.848)

A análise de impactos em função da pandemia causada pelo coronavírus (Covid-19) está descrita na nota 2.2.

9. Partes relacionadas

Empresa	Ativo (Passivo)				Resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Luizacred (i)								
Comissões por serviços prestados	3.545	15.635	3.545	15.635	190.783	199.309	190.783	199.309
CDC	-	373	-	373	-	-	-	-
Cartão de crédito	2.249.014	269.485	2.249.014	269.485	(115.358)	(262.817)	(115.358)	(262.817)
Repasse de recebimentos	(41.894)	(75.668)	(41.894)	(75.668)	-	-	-	-
Dividendos a receber	12.949	14.274	12.949	14.274	-	-	-	-
Reembolso de despesa compartilhadas	3.983	7.830	3.983	7.830	90.308	95.447	90.308	95.447
	2.227.597	231.929	2.227.597	231.929	165.733	31.939	165.733	31.939
Luizaseg (ii)								
Comissões por serviços prestados	45.894	49.712	45.894	49.712	404.658	417.371	404.658	417.371
Dividendos a receber	7.323	5.638	7.323	5.638	-	-	-	-
Repasse de recebimentos	(71.029)	(66.420)	(71.029)	(66.420)	-	-	-	-
	(17.812)	(11.070)	(17.812)	(11.070)	404.658	417.371	404.658	417.371
Total de Controladas em conjunto	2.209.785	220.859	2.209.785	220.859	570.391	449.310	570.391	449.310
Netshoes (iii)								
Repasse de recebimentos	(1.075)	-	-	-	-	-	-	-
Comissões por serviços prestados	-	-	(1.692)	-	216	-	-	-
	(1.075)	-	(1.692)	-	216	-	-	-
Grupo Época Cosméticos (iv)								
Comissões por serviços prestados	552	222	-	-	2.291	397	-	-
Consórcio Luiza (v)								
Comissões por serviços prestados	2.586	1.078	-	-	10.840	14.747	-	-
Dividendos a receber	-	2.610	-	-	-	-	-	-
Grupo de Consórcios	(434)	(1.060)	(434)	(1.060)	-	-	-	-
	2.152	2.628	(434)	(1.060)	10.840	14.747	-	-
Grupo Magalog (vi)								
Despesas com fretes	(55.609)	49	-	-	(192.790)	(26.249)	-	-
Magalu Pagamentos (vii)								
Repasse de recebimentos	324.716	-	-	-	(24.556)	-	-	-
Total de Controladas	270.736	2.899	(2.126)	(1.060)	(203.999)	(11.105)	-	-
MTG Participações (viii)								
Alugueis e outros repasses	(2.224)	(1.262)	(2.229)	(1.269)	(25.970)	(24.822)	(26.587)	(24.822)
PJD Agropastoril (ix)								
Alugueis, fretes e outros repasses	(33)	(32)	(33)	(57)	(1.583)	(2.673)	(1.588)	(2.673)
LH Participações (x)								
Alugueis	(128)	(127)	(128)	(127)	(1.280)	(1.622)	(1.280)	(1.622)
ETCO – SCP (xi)								
Comissão de agenciamento - "Fee"	-	-	-	-	(7.385)	(6.764)	(7.385)	(6.764)
Despesa com veiculação de mídia	(5.907)	(436)	(5.907)	(436)	(224.575)	(216.891)	(224.575)	(216.891)
	(5.907)	(436)	(5.907)	(436)	(231.960)	(223.655)	(231.960)	(223.655)
Total de outras partes relacionadas	(8.292)	(1.857)	(8.297)	(1.889)	(260.793)	(252.772)	(261.415)	(252.772)
Total de partes relacionadas	2.472.229	221.901	2.199.362	217.910	105.599	185.433	308.976	196.538

	Ativo (Passivo)				Resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Fundo de investimento (xii)	1.207.808	4.434.049	1.207.968	4.434.049	49.772	29.428	49.772	29.428
InLoco Tecnologia (xiv)	-	-	-	-	2.180	-	2.180	-
	1.207.808	4.434.049	1.207.968	4.434.049	51.952	29.428	51.952	29.428

- I. As transações com a Luizacred, controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A., referem-se às seguintes atividades:
 - (a) Recebíveis em cartões de crédito *privatelabel* e despesas financeiras com antecipação de tais recebíveis;
 - (b) Saldo a receber decorrente de vendas de produtos financiadas aos clientes pela Luizacred, recebidas pela Controladora;
 - (c) Comissões dos serviços prestados mensalmente pela Companhia, que incluem a captação de clientes, gestão e administração das operações de crédito ao consumidor, controle e cobrança dos financiamentos concedidos, indicação de seguros vinculados aos produtos e serviços financeiros. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se a recebimentos de prestações de clientes nos caixas das lojas da Companhia, que são transferidos para a Luizacred;
- II. Os valores a receber (ativo circulante) e receitas da Luizaseg, controlada em conjunto com a NCVP Participações Societárias S.A., subsidiária da Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A., são decorrentes de comissões dos serviços prestados mensalmente pela Companhia referentes às vendas de garantias estendidas e dividendos propostos. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se aos repasses de garantias estendidas vendidas, realizados à Luizaseg, em sua totalidade, no mês subsequente às vendas. Em 2018 foi registrado um saldo a pagar decorrente a "clawback" do contrato de exclusividade firmado em 2015 (nota18).
- III. Os valores a pagar (passivo circulante) da Netshoes, controlada integral, referem-se às comissões pelas vendas efetuadas via plataforma de Marketplace da Controladora.
- IV. As transações com a Época Cosméticos, controlada integral, referem-se ao custo de aquisição de mercadorias para revenda e também comissões com vendas via plataforma de *Marketplace* da Controladora.
- V. Os valores a receber (ativo circulante) do Consórcio Luiza, controlada integral, referem-se a dividendos propostos, às comissões pelas vendas efetuadas pela Controladora como representante das operações de consórcio. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se aos repasses a realizar à "LACS" referentes às prestações de consórcios recebidas pela Controladora nos caixas dos seus pontos de venda.
- VI. As transações com a Magalog, controlada integral, referem-se a despesas com frete.
- VII. As transações com a Magalu Pagamentos, controlada integral, referem-se às comissões de subadquirência.
- VIII. As transações com a MTG Administração, Assessoria e Participações S.A., controlada pelos mesmos controladores da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de prédios comerciais para o estabelecimento de suas lojas, assim como centros de distribuição e escritório central e reembolso de despesas.
- IX. As transações com a PJD Agropastoril Ltda., empresa controlada por controladores indiretos da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de imóveis comerciais para estabelecimento de suas lojas, aluguéis de caminhões para fretes de mercadorias e despesas com copa e cozinha.
- X. As transações com a LH Agropastoril, Administração Participações Ltda., controlada pelos mesmos controladores da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de prédios comerciais.
- XI. As transações com a ETCO Sociedade em Conta de Participação, que tem como sócia participante empresa controlada pela presidente do Conselho de Administração da Companhia, referem-se a contratos de prestação de serviços de publicidade e propaganda, incluindo também repasses relacionados a serviços de veiculação, produção de mídias e criação gráfica.
- XII. Refere-se às operações de aplicação, resgate e rendimentos com os fundos de investimentos exclusivos (ML Renda Fixa Crédito Privado FI e FI Caixa ML RF Longo Prazo, vide Nota 6 - Títulos e valores mobiliários).
- XIII. A Luiza Factoring Fomento Mercantil Ltda, controlada por controladores indiretos da Companhia, opera antecipando recebíveis de determinados fornecedores. Com essa operação a Companhia liquida o título inicialmente negociado com seus fornecedores com a Luiza Factoring, que por sua vez, antecipa o pagamento a tais fornecedores.
- XIV. As transações com a In Loco Tecnologia da Informação S.A, investida por controladores indiretos da Companhia, prestando serviços de geolocalização dos usuários que utilizam o aplicativo do Magazine Luiza.

b) Remuneração da Administração

	2020		2019	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração fixa e variável	4.259	28.295	4.586	37.986
Plano de ações	-	44.647	94	37.025

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. Os benefícios de curto prazo para a diretoria estatutária são os mesmos dos demais funcionários da Companhia, sendo que determinados colaboradores elegíveis são beneficiários de plano de incentivos atrelados a ações, mencionado na nota explicativa 23. É política interna da Companhia o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados aos seus colaboradores. Tais valores são provisionados em bases mensais pela Companhia, de acordo com a estimativa de atendimento de metas. Conforme mencionado na nota explicativa 33.c, a remuneração global dos administradores foi aprovada por Assembleia Geral Ordinária dia 27 de julho de 2020, em que foi previsto o limite de R\$ 78.251 para o exercício de 2020.

Reconciliação

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Contas a receber de partes relacionadas	2.661.364	373.995	2.329.648	370.036
Contas a pagar a partes relacionadas	(189.135)	(152.094)	(130.286)	(152.126)
	2.472.229	221.901	2.199.362	217.910

10. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
ICMS a recuperar (a)	634.941	706.857	685.863	750.068
PIS e COFINS a recuperar (b)	692.392	1.097.269	797.171	1.227.982
IRPJ E CSLL a recuperar	2.215	5.017	3.508	8.764
IRRF a compensar	2.547	5.956	8.338	6.140
Outros	3.614	2.514	9.172	8.980
Total	1.335.709	1.817.613	1.504.052	2.001.934
Ativo circulante	594.782	777.929	716.118	864.144
Ativo não circulante	740.927	1.039.684	787.934	1.137.790

(a) Referem-se a créditos acumulados de ICMS próprio e por substituição tributária, oriundos de aplicação de alíquotas diversificadas em operações de entrada e de saída de mercadoria interestaduais. Os referidos créditos estão sendo realizados por meio de solicitação de ressarcimento e compensações de débitos de mesma natureza junto aos estados de origem do crédito.

(b) No exercício de 2019 a Companhia obteve decisão definitiva favorável transitada em julgado em processos nos quais discutia o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, sendo processos relacionados à discussão do Magazine Luiza S.A. e sua incorporada FS Vasconcelos Ltda. Dois dos processos foram ajuizados no ano 2007, garantindo o direito do reconhecimento do crédito tributário desde o período prescricional em 2002 até o período de 2014, outro processo foi protocolado em 2017 que garante o direito ao crédito para o período pós Lei 12.973/14. O montante registrado para estes processos foi de R\$ 1.190.050, sendo R\$ 713.455 de principal e R\$ 476.595 de atualização monetária.

Também em 2019 transitou em julgado processo da controlada Netshoes sobre o mesmo tema, processo este ajuizado em 2014 e que garante o crédito tributário desde o período de 2009 até 2014, cujo montante registrado foi de R\$ 119.035, sendo R\$ 73.093 de principal e R\$ 45.942 de atualização monetária.

A mensuração dos créditos relacionados a estes processos foi apurada com o apoio de assessores legais e tributários, considerando os períodos acima indicados e o direito da Companhia à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS sem qualquer restrição, uma vez que as decisões que transitaram em julgado garantem que todo o ICMS exigido da Companhia deveria ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS, não importando a modalidade de cobrança de acordo com os seus assessores jurídicos.

A compensação dos créditos estão ocorrendo na medida que as habilitações via procedimento administrativo perante a Receita Federal do Brasil são efetuadas.

11. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Imposto corrente

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício. As provisões para imposto sobre a renda e contribuição social são calculadas individualmente por empresa componente da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios.

Subvenções governamentais para investimento são reconhecidas como redutoras de impostos sobre as vendas, quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Imposto diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não sujeitos à prescrição. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

A probabilidade de recuperação do saldo de impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mutuamente compensados apenas quando há o direito legal de compensação, quando estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

a) Reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	379.445	1.215.384	414.081	1.218.150
Alíquota nominal vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de débito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(129.011)	(413.231)	(140.788)	(414.171)
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):				
Exclusão - equivalência patrimonial	12.428	27.108	40.776	9.046
Efeito dos juros sobre capital próprio	57.800	57.800	57.800	57.800
Lucro (prejuízo) não tributável – Netshoes	-	-	(59.830)	15.898
Efeito da inovação tecnológica (2)	30.663	21.599	30.663	21.599
Efeito de subvenção governamental (1)	38.205	18.597	48.310	18.597
Outras exclusões permanentes, líquidas	2.179	(5.429)	697	(5.091)
Débito de imposto de renda e contribuição social	12.264	(293.556)	(22.372)	(296.322)
Corrente	(163.499)	(119.299)	(222.208)	(125.241)
Diferido	175.763	(174.257)	199.836	(171.081)
Total	12.264	(293.556)	(22.372)	(296.322)
Taxa efetiva	-3,2%	24,2%	5,4%	24,3%

(1) A Companhia possui subvenção para investimentos, concedida por alguns entes governamentais onde possui operação, na forma de créditos presumidos de ICMS. As subvenções governamentais são registradas na demonstração do resultado do exercício na rubrica de receita líquida de vendas. A Companhia vem cumprindo com todos os requisitos solicitados pelos termos de subvenção, tais como cumprimento de obrigações fiscais, manutenção dos empregos acordados, faturamento mínimo e manutenção de estrutura logística com espaço físico apropriado para estocagem de mercadorias no ente governamental concedente.

(2) Incentivo fiscal relacionado a Lei do Bem 11.196/05 para incentivo a inovação e tecnologia.

Imposto diferido

b) Composição e movimentação dos saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora				Consolidado				
	Saldo em 2019	Resultado	VJORA	Saldo em 2020	Saldo em 2019	Resultado	Combinação de negócios	VJORA	Saldo em 2020
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:									
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	26.782	(26.782)	-	-	37.439	(18.105)	-	-	19.334
Provisão para perda esperada de créditos	31.704	879	-	32.583	31.704	879	-	-	32.583
Provisão para perda nos estoques	60.015	(29.378)	-	30.637	60.318	(29.378)	-	-	30.940
Provisão para ajustes a valor presente	4.958	12.134	-	17.092	4.958	12.134	-	-	17.092
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	199.786	661	-	200.447	271.521	661	18.931	-	291.113
Provisão para plano de ações	34.548	34.844	-	69.392	34.548	34.844	-	-	69.392
Diferença temporária sobre valor justo em aquisições	(41.679)	-	-	(41.679)	(148.732)	-	(12.552)	-	(161.284)
Depósitos judiciais	(13.355)	1.961	-	(11.394)	(13.355)	1.961	-	-	(11.394)
Créditos tributários diferidos (Nota 10)	(343.673)	157.489	-	(186.184)	(343.673)	157.489	-	-	(186.184)
Outras provisões	37.189	23.955	(7.991)	53.153	38.941	39.351	-	(7.991)	70.301
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)	(3.725)	175.763	(7.991)	164.047	(26.331)	199.836	6.379	(7.991)	171.893

	Controladora			Consolidado			
	Saldo em 2018	Resultado	Saldo em 2019	Saldo em 2018	Resultado	Combinação de negócios	Saldo em 2019
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:							
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	56.140	(29.358)	26.782	62.004	(24.565)	-	37.439
Provisão para perda esperada de créditos	24.993	6.711	31.704	24.993	6.711	-	31.704
Provisão para perda nos estoques	23.439	36.576	60.015	23.729	36.589	-	60.318
Provisão para ajustes a valor presente	8.906	(3.948)	4.958	8.906	(3.948)	-	4.958
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	113.426	86.360	199.786	116.796	82.990	71.735	271.521
Diferença temporária sobre valor justo em aquisições	(41.679)	-	(41.679)	(41.679)	-	(107.053)	(148.732)
Depósitos judiciais	(31.134)	17.779	(13.355)	(31.134)	17.779	-	(13.355)
Créditos tributários diferidos (Nota 10)	-	(343.673)	(343.673)	-	(343.673)	-	(343.673)
Outras provisões	17.397	54.340	71.737	17.397	56.092	-	73.489
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)	171.488	(175.213)	(3.725)	181.012	(172.025)	(35.318)	(26.331)

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos por empresa

	Saldo em 2019	Diferido Ativo	Diferido Passivo	Saldo em 2020
Controladora	(3.725)	164.047	-	164.047
Netshoes	(35.318)	-	(21.231)	(21.231)
Consórcio Luiza	585	782	-	782
Época Cosméticos	8.651	14.046	(3.612)	10.434
Magalog	378	12.809	-	12.809
Softbox	3.098	5.052	-	5.052
Consolidado	(26.331)	196.736	(24.843)	171.893

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, aprovadas pela Administração. A expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Ano de realização	Controladora	Consolidado
2021	17.399	38.408
2022	(5.487)	7.023
2023	25.432	37.942
2024	62.232	74.742
2025 em diante	64.471	13.778
	164.047	171.893

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos

A controlada Netshoes acumulou prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ao longo dos últimos anos de atividade e, portanto, não reconheceu os créditos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos, em linha com o que determina a Instrução CVM 371/2002. Os ativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido poderão ser reconhecidos quando a controlada Netshoes apresentar lucro tributável sustentável futuro e seja provável que os benefícios fiscais sejam realizados. Em 31 de dezembro de 2020, a controlada Netshoes possui o montante de R\$ 431.241 (R\$ 402.277 em 31 de dezembro de 2019) de impostos diferidos não constituídos, sendo R\$ 269.621 (R\$ 265.585 em 31 de dezembro de 2019) relacionado a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e R\$ 161.620 (R\$ 136.692 em 31 de dezembro de 2019) relacionado a diferenças temporárias.

d) IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro

A interpretação explica como considerar a incerteza na contabilização do imposto de renda. A IAS 12 /CPC32 - Imposto de Renda, especifica como contabilizar os impostos de renda correntes e diferidos, mas não como refletir os efeitos da incerteza. Por exemplo, pode não estar claro: i) como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas; ii) ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela entidade.

Se a entidade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a entidade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

A administração da Companhia entende que a aplicação dessa interpretação não trouxe impactos significativos nas demonstrações contábeis, uma vez que os principais tratamentos de apuração de

imposto de renda e de contribuição social são considerados pela administração da Companhia, com suporte dos seus consultores jurídicos, como provável que seja aceito pelas autoridades tributárias.

12. Investimentos em controladas

Política Contábil

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição.

a. Combinação de Negócios – “Estante Virtual”

Em 17 de fevereiro de 2020, a Companhia através de sua controlada Época Cosméticos, adquiriu 100% das quotas de capital social e do capital votante da empresa Estante Virtual. Fundada em 2005, começou como uma plataforma para vendas de livros usados e, nos últimos anos, evoluiu também para a comercialização de livros novos. A aquisição reforça a estratégia da Companhia de crescimento em novas categorias e aumento da frequência de compras.

A aquisição foi efetivada pelo montante de R\$ 19.536, cujo desembolso foi completamente realizado na data de fechamento da operação.

Ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição:

Foi elaborado estudo preparado por especialista independente dentro do prazo estipulado pelo CPC 15 / IFRS 3 - Combinação de Negócios para a avaliação do valor justo dos ativos e passivos assumidos e segregação do ágio, utilizando as demonstrações contábeis da época da aquisição para a alocação do preço de compra, o qual demonstramos abaixo.

	Valor justo
Caixa e equivalentes	939
Contas a receber de clientes	254
Tributos a recuperar	295
Outras contas a receber	142
Intangível - Base de clientes (a)	15.000
Intangível - Força de trabalho (b)	400
Intangível - Marca (c)	1.900
Demais ativos não circulantes	683
	19.613
Fornecedores	431
Empréstimos e financiamentos	10.988
Salários, férias e encargos sociais	1.249
Tributos a recolher	341
Outras contas a pagar	92
Passivo fiscal diferido	5.199
	18.300
Total dos ativos (passivos) identificados	1.313

Técnicas de avaliação dos ativos adquiridos

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

- Carteira de clientes: utilizado o método de renda *With or Without*. Esta metodologia é comumente utilizada para avaliar esse tipo de intangível e calcula a diferença na geração de fluxos de caixa futuros entre dois cenários, um com a carteira de clientes e um cenário hipotético sem este ativo.
- Força de trabalho: utilizado o método de custo de reposição.
- Marca: utilizado o método *Relief-from-Royalty*, que captura as economias de royalties associadas a possuir a marca, ao invés de obter licença para utilizá-la.

Ágio gerado na aquisição

Contraprestação transferida	19.536
Valor justo dos ativos e passivos líquidos identificáveis	(1.313)
Ágio gerado na aquisição	18.223

O ágio gerado na aquisição perfaz um valor total de R\$ 18.223. É atribuído principalmente às habilidades e ao talento técnico da força de trabalho e às sinergias esperadas na integração da entidade aos negócios existentes da Companhia.

Tal ágio reconhecido poderá ter o tratamento tributário previsto na legislação pertinente.

Receitas e resultados incorporados

A Companhia consolidou no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os montantes de receita líquida e lucro líquido, do período de 17 de fevereiro à 31 de dezembro de 2020 oriundos da aquisição, de R\$ 14.799 e R\$ 1.178, respectivamente. Se a data da aquisição fosse no início do período de reporte, tais valores seriam de uma receita líquida de R\$ 17.726 e um prejuízo líquido de R\$ 10.273.

b. Combinação de Negócios – “Aiqfome”

Em 03 de setembro de 2020, a Companhia através de sua controlada Magalog, adquiriu 100% das quotas de capital social e do capital votante da empresa Aiqfome Ltda. Com a aquisição a Companhia reforça a expansão de serviços oferecidos no seu SuperApp, aumentando a frequência de compras dentro de seu ecossistema.

A aquisição foi efetivada pelo montante de até R\$ 125.000, cujo desembolso será realizado da seguinte forma: i) contraprestação fixa em caixa no montante de R\$ 87.500, sendo que desse montante R\$ 50.000 foi desembolsado no momento do fechamento e o restante será desembolsado em cinco parcelas iguais e anuais a partir de janeiro de 2022; e ii) contraprestação contingente no montante de até R\$ 37.500, divididas em cinco parcelas anuais a ser liquidada em ações de emissão da Companhia em caso de atingimento de determinadas metas e permanência de ex-proprietários, a partir de janeiro de 2021.

Ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição:

A Companhia contratou uma avaliação independente dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos, os quais estão demonstrados abaixo:

	Valor justo
Caixa e equivalentes	10.673
Contas a receber de clientes	11.261
Tributos a recuperar	2
Outros ativos	3
Imobilizado	420
Intangível - Base de clientes	8.780
Intangível – Marcas	33.893
Intangível – Tecnologia	2.240
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.094
	77.366
Fornecedores	121
Salários a pagar	540
Tributos a recolher	367
Outras contas a pagar	16.157
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.724
Provisão para riscos	29.689
	50.598
Total líquido dos ativos identificáveis	26.768

Técnicas de avaliação dos ativos adquiridos

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

- a) Base de clientes – relacionamento com restaurantes: a Aiqfome tem mais de 17 mil restaurantes cadastrados em sua plataforma e 110.249 novos clientes cadastrados mensais (média de cadastros entre o período de 01-2020 e 06-2020).
- b) Marca: utilizado o método *Relief-from-Royalty*, que captura as economias de royalties associadas a possuir a marca, ao invés de obter licença para utilizá-la.
- c) Tecnologia: a AiQFome possui uma tecnologia nativa (disponível nas plataformas de IOS e Android) que foi desenvolvida pela própria empresa. O reconhecimento da tecnologia da adquirida é visto principalmente na interação do usuário com o aplicativo (User Experience), com altas avaliações dentro das plataformas realizadas pelos seus usuários, devido a sua praticidade e fácil utilização. Utilizado o método *Relief-from-Royalty* para avaliação.

Ágio gerado na aquisição

Contraprestação transferida	125.000
Valor justo dos ativos e passivos líquidos identificáveis	(26.768)
Ágio gerado na aquisição	<u>98.232</u>

O ágio gerado na aquisição perfaz um valor total de R\$ 98.232. É atribuído principalmente às habilidades e ao talento técnico da força de trabalho e às sinergias esperadas na integração da entidade aos negócios existentes da Companhia. Tal ágio reconhecido poderá ter o tratamento tributário previsto na legislação pertinente.

Receitas e resultados incorporados

A Companhia consolidou no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os montantes de receita líquida e lucro líquido, do período de 03 de setembro à 31 de dezembro de 2020 oriundos da aquisição, de R\$ 10.858 e R\$ 2.596, respectivamente. Se a data da aquisição fosse no início do período de reporte, tais valores seriam de uma receita líquida de R\$ 22.240 e um lucro líquido de R\$ 7.265.

c. Combinação de Negócios – “Hubsales”

Em 30 de julho de 2020, a Companhia, através de sua controlada Netshoes, adquiriu 100% das quotas de capital social e do capital votante da R.A. Marques Assessoria Comércio Digital EIRELI e da RRG Log Armazéns e Vendas On Line EIRELI (“Hubsales”). A Hubsales possibilita que indústrias de diferentes segmentos com pouca ou nenhuma familiaridade com o digital ofereçam seus produtos diretamente ao consumidor final por meio de plataformas de marketplace, segmento conhecido como Factory to Consumers (“F2C”).

A aquisição da Hubsales acelera a entrada de novas indústrias na plataforma marketplace da Companhia, o que representa mais um importante passo na estratégia de digitalização do varejo brasileiro.

A aquisição foi efetivada pelo montante de até R\$ 13 milhões, dos quais i) R\$ 8 milhões serão pagos em caixa, sendo R\$ 5 milhões a vista e outros R\$ 3 milhões em três parcelas anuais a partir de 2021; e ii) até R\$ 5 milhões serão liquidados através de cessão de ações de emissão da Companhia, mediante atingimento de determinadas metas e permanência de ex-proprietários, em cinco apurações anuais a partir de 2021.

A Companhia contratou uma avaliação independente dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos, os quais estão demonstrados abaixo:

	Valor justo
Ativo circulante	1.111
Imobilizado	271
Intangível - Base de clientes	1.376
Intangível – Tecnologia	70
	<hr/> 2.828
Passivo circulante	561
Passivo não circulante	288
	<hr/> 849
Total líquido dos ativos identificáveis	<hr/> <hr/> 1.979

Utilizando o método MPEEM (multi-period excess earnings method), identificou-se o relacionamento com clientes como ativo intangível alocado no preço de compra. O ágio gerado perfaz um valor total de R\$ 11.021. É atribuído principalmente às habilidades e ao talento técnico da força de trabalho e às sinergias esperadas na integração da entidade aos negócios existentes da Companhia. Tal ágio reconhecido poderá ter o tratamento tributário previsto na legislação pertinente.

Receitas e resultados incorporados

A Companhia consolidou no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os montantes de receita líquida e lucro líquido, do período de 30 de julho à 31 de dezembro de 2020 oriundos da aquisição, de R\$ 1.720 e R\$ 197, respectivamente. Se a data da aquisição fosse no início do período de reporte, tais valores seriam de uma receita líquida de R\$ 3.762 e um lucro líquido de R\$ 709.

d. Combinação de Negócios – “Canaltech”

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia, através de sua controlada Netshoes, adquiriu 100% das quotas de capital social e do capital votante da Unilogic Media Group Ltda. e Canal Geek Internet Ltda. (“Canaltech”). As transações marcam a entrada da Companhia no segmento de publicidade online, combinando a geração de conteúdo e audiência com a plataforma para comercialização de mídia digital. Por meio do MagaluAds (plataforma de anúncios), a Companhia espera ampliar a divulgação de milhões de produtos disponíveis na plataforma da Companhia, além de monetizar a sua forte audiência.

A aquisição foi efetivada pelo montante de até R\$ 38 milhões, cujo desembolso será realizado da seguinte forma: i) contraprestação fixa no valor de R\$ 28 milhões, sendo R\$ 14 milhões em caixa no fechamento da transação e outros R\$ 14 milhões através de cessão de ações de emissão da Companhia, em cinco parcelas anuais no aniversário do contrato de aquisição a partir de 2021; e ii) contraprestação contingente de até R\$ 10 milhões a ser liquidada através de cessão de ações de emissão da Companhia, de acordo com o atingimento de determinadas metas e permanência de ex-proprietários, com cinco apurações anuais a partir de 2021.

A Companhia contratou uma avaliação independente dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos, os quais estão demonstrados abaixo:

	Valor justo
Ativo circulante	2.519
Imobilizado	38
Intangível - Marcas	13.714
	16.271
Passivo circulante	279
Passivo não circulante	8.886
	9.165
Total líquido dos ativos identificáveis	7.106

Utilizando o método *Relief from Royalties*, identificou-se a marca como ativo intangível alocada no preço de compra. O ágio gerado perfaz um valor total de R\$ 32.200, que compreende o valor da diferença paga pela Companhia em relação ao valor justo do patrimônio da empresa adquirida. É atribuído principalmente às habilidades e ao talento técnico da força de trabalho e às sinergias esperadas na integração da entidade aos negócios existentes da Companhia. Tal ágio reconhecido poderá ter o tratamento tributário previsto na legislação pertinente.

Receitas e resultados incorporados

A Companhia consolidou no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os montantes de receita líquida e lucro líquido, do período de 30 de setembro à 31 de dezembro de 2020 oriundos da aquisição, de R\$ 5.595 e R\$ 2.541, respectivamente. Se a data da aquisição fosse no início do período de reporte, tais valores seriam de uma receita líquida de R\$ 11.229 e um lucro líquido de R\$ 5.661.

e. Combinação de Negócios – “Stoq Tecnologia”

Em 24 de agosto de 2020, a Companhia, através de sua controlada Softbox, assinou o termo de fechamento de aquisição de 100% das quotas de capital social e do capital votante da Stoq Tecnologia Ltda., uma startup de tecnologia, com sede em São Carlos/SP, especializada em soluções inovadoras para pequenos e médios varejistas brasileiros. Com a aquisição, os produtos da Stoq passam a integrar o pilar estratégico *Magalu as a Service* (MaaS) e complementam o Parceiro Magalu, levando a digitalização também para os médios varejistas, que geralmente possuem mais de uma filial. Os produtos da Stoq serão integrados à conta digital da Companhia, de forma que todos os varejistas clientes de Stoq poderão facilmente aceitar pagamentos usando o Magalu Pay.

A aquisição foi efetivada pelo montante de até R\$ 21,5 milhões, cujo desembolso será realizado da seguinte forma: i) contraprestação fixa no valor de R\$ 13,5 milhões, sendo R\$ 8,7 milhões (R\$ 4,3 milhões a vista no fechamento do negócio) e R\$ 4,8 milhões através de cessão de ações de emissão da Companhia, em cinco parcelas anuais a partir de 2021; e ii) contraprestação contingente de até R\$ 8 milhões a ser liquidada através de cessão de ações de emissão da Companhia, de acordo com o atingimento de determinadas metas e permanência de ex-proprietários, com cinco apurações anuais no aniversário do contrato de aquisição a partir de 2021.

A Companhia contratou uma avaliação independente dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos, os quais estão demonstrados abaixo:

	Valor justo
Ativo circulante	188
Imobilizado	15
Intangível - Software	1.390
	1.593
Passivo circulante	770
Provisão para riscos	259
	1.029
Total líquido dos ativos identificáveis	564

Utilizando o método MPEEM (multi-period excesso earnings method), identificou-se a tecnologia como ativo intangível alocado no preço de compra, tendo em vista ser uma tecnologia desenvolvida internamente pela Stoq e que será utilizada pela Companhia. O ágio gerado perfaz um valor total de R\$ 20.936, que compreende o valor da diferença paga pela Companhia em relação ao valor justo do patrimônio da empresa adquirida. É atribuído principalmente às habilidades e ao talento técnico da força de trabalho e às sinergias esperadas na integração da entidade aos negócios existentes da Companhia. Tal ágio reconhecido poderá ter o tratamento tributário previsto na legislação pertinente.

Receitas e resultados incorporados

A Companhia consolidou no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os montantes de receita líquida e prejuízo líquido, do período de 24 de agosto à 31 de dezembro de 2020 oriundos da aquisição, de R\$ 333 e R\$ 438, respectivamente. Se a data da aquisição fosse no início do período de reporte, tais valores seriam de uma receita líquida de R\$ 793 e um prejuízo líquido de R\$ 1.273.

f. Combinação de Negócios – “Betta Tecnologia”

Em 20 de agosto de 2020, a Companhia, através de sua controlada Softbox, adquiriu 100% das ações e do capital votante da Betta Tecnologia S.A.. A Betta é uma empresa de tecnologia com sede em Franca/SP e conta com desenvolvedores, que integrarão o time de desenvolvedores do Luizalabs.

A aquisição foi efetivada pelo montante de R\$ 12,7 milhões, a serem liquidados em caixa, sendo que R\$ 7,7 foram liquidados na celebração do contrato de aquisição, R\$ 3,7 milhões serão pagos em um ano do fechamento e outros R\$ 1,3 milhões serão pagos em cinco anos do fechamento.

Na avaliação dos valores justos dos ativos líquidos identificados na aquisição não foi identificado novos ativos intangíveis a serem alocados. O ágio gerado perfaz um valor total de R\$ 17.244. É atribuído principalmente às habilidades e ao talento técnico da força de trabalho e poderá ter o tratamento tributário previsto na legislação pertinente.

Receitas e resultados incorporados

A Companhia consolidou no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os montantes de receita líquida e prejuízo líquido, do período de 20 de agosto à 31 de dezembro de 2020 oriundos da aquisição, de R\$ 2.595 e R\$ 3.403, respectivamente. Se a data da aquisição fosse no início do período de reporte, tais valores seriam de uma receita líquida de R\$ 13.402 e um prejuízo líquido de R\$ 1.814.

g. Combinação de Negócios – “GFL Logística”

Em 25 de setembro de 2020, a Companhia, através de sua controlada Magalog, adquiriu 100% das quotas de capital social e do capital votante da GFL Logística Ltda, uma das principais plataformas de logística para o e-commerce com grande presença no interior de São Paulo e sul de Minas Gerais. A aquisição visa reforçar a estratégia de velocidade de entrega de pedidos da Companhia e atendimento dos sellers da plataforma de marketplace.

A aquisição foi efetivada pelo montante de até R\$ 25 milhões, cujo desembolso será realizado da seguinte forma: i) contraprestação fixa de R\$ 19,2 milhões em caixa, sendo R\$ 12,5 milhões a vista e outros R\$ 6,7 milhões em cinco parcelas anuais a partir do primeiro aniversário do fechamento; ii) contraprestação contingente de R\$ 5,8 milhões através de cessão de ações de emissão da Companhia, de acordo com o atingimento de determinadas metas e permanência de ex-proprietários, com cinco apurações anuais a partir de 2021.

A Companhia contratou uma avaliação independente dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos, os quais estão demonstrados abaixo:

	Valor justo
Caixa e equivalentes	1.035
Contas a receber de clientes	9.868
Tributos a recuperar	31
Outras conyas a receber	618
Imobilizado	1.215
Intangível - Base de clientes	10.966
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.257
	29.990
Passivo circulante	4.715
Provisão para riscos	18.316
Outros passivos não circulantes	3.728
	26.759
Total líquido dos ativos identificáveis	3.231

Utilizando o método MPEEM (multi-period excess earnings method), identificou-se o relacionamento com os operadores de transporte (base de clientes) como ativo intangível alocado no preço de compra. O ágio gerado perfaz um valor total de R\$ 21.769. É atribuído principalmente às habilidades e ao talento técnico da força de trabalho e às sinergias esperadas na integração da entidade aos negócios existentes da Companhia. Tal ágio reconhecido poderá ter o tratamento tributário previsto na legislação pertinente.

Receitas e resultados incorporados

A Companhia consolidou no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os montantes de receita líquida e lucro líquido, do período de 25 de setembro à 31 de dezembro de 2020 oriundos da aquisição, de R\$ 29.577 e R\$ 6.398, respectivamente. Se a data da aquisição fosse no início do período de reporte, tais valores seriam de uma receita líquida de R\$ 77.773 e um lucro líquido de R\$ 17.573.

h. Combinação de Negócios – “Comschool”

Em 15 de outubro de 2020, a Companhia, através de sua controlada Netshoes, adquiriu 100% das quotas de capital da ComSchool Soluções em E-Commerce Ltda., referência no Brasil em cursos voltados para e-commerce e performance digital.

A intenção da Companhia é levar conhecimento e capacitação sobre o mercado online a milhares de pessoas e empresas, promovendo a inclusão no universo digital. Adicionalmente, a ComSchool irá oferecer aos sellers do marketplace da Companhia acesso a cursos desenvolvidos especialmente para as suas necessidades, capacitando-os para gerir melhor seus negócios no mundo digital, vender mais e com elevado nível de serviço. Além disso, empreendedores com operações ainda analógicas poderão aprender sobre e-commerce e negócios digitais, acelerando o processo de transformação digital dessas empresas.

A aquisição foi efetivada pelo montante de até R\$ 14.500, cujo desembolso será realizado da seguinte forma: i) contraprestação fixa de R\$ 8,0 milhões a em dinheiro vista; e ii) contraprestação contingente de R\$ 6.500 em dividido em cinco parcelas anuais a partir do primeiro aniversário do fechamento, sendo R\$ 2.990 em dinheiro e R\$ 3.510 através de cessão de ações de emissão da Companhia de acordo com o atingimento de determinadas metas e permanência de ex-proprietários, com cinco apurações anuais a partir de 2021.

A Companhia contratou uma avaliação independente dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos, os quais estão demonstrados abaixo:

	Valor justo
Ativo circulante	771
Imobilizado	152
Intangível – Relacionamento (a)	2.325
Intangível – Marcas (b)	5.623
	<u>8.871</u>
Passivo circulante	871
Passivo não circulante	9.087
	<u>9.958</u>
Total líquido dos ativos identificáveis	<u>(1.087)</u>

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

- O relacionamento com professores foi avaliado com base no método MPEEM e identificado como um ativo intangível significativo na aquisição.
- Marca: utilizado o método *Relief-from-Royalty*, que captura as economias de royalties associadas a possuir a marca, ao invés de obter licença para utilizá-la.

O ágio gerado perfaz um valor total de R\$ 15.791, que compreende o valor da diferença paga pela Companhia em relação ao valor justo do patrimônio da empresa adquirida. É atribuído principalmente às habilidades e ao talento técnico da força de trabalho e às sinergias esperadas na integração da entidade aos negócios existentes da Companhia. Tal ágio reconhecido poderá ter o tratamento tributário previsto na legislação pertinente.

Receitas e resultados incorporados

A Companhia consolidou no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os montantes de receita líquida e prejuízo líquido, do período de 15 de outubro à 31 de dezembro de 2020 oriundos da aquisição, de R\$ 1.084 e R\$ 41, respectivamente. Se a data da aquisição fosse no início do período de reporte, tais valores seriam de uma receita líquida de R\$ 5.779 e um lucro líquido de R\$ 466.

i. Aquisição da Hub Prepaid Participações S.A.

Em 20 de dezembro de 2020, a Companhia, através de sua controlada Magalu Pagamentos, assinou um acordo de compra e venda de 100% das ações da Hub Prepaid Participações S.A., uma holding não financeira e controladora da Hub Pagamentos S.A., instituição de pagamentos autorizada a operar como credenciadora e emissora de moeda eletrônica pelo BACEN, totalmente integrada ao Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e ao Sistema de Pagamentos Instantâneos (PIX). Além de oferecer conta digital e cartão pré-pago diretamente para seus clientes, a Hub é uma plataforma de Banking as a Service (BaaS) e líder no processamento de cartões pré-pago, atendendo clientes de diversos segmentos como varejo, mobilidade, instituições financeiras e fintechs. Além da Hub Pagamentos S.A., a Hub Prepaid Participações S.A. controla as sociedades não operacionais Hub Voucher S.A., Paypaxx Administradora de Cartões S.A. e a Hub Pagos S.A.

O valor acordado pela aquisição foi de R\$ 290 milhões, a ser totalmente liquidado na conclusão da operação, que está sujeita a determinadas condições precedentes, bem como da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e do BACEN.

j. Movimentação dos investimentos em controladas

A movimentação dos investimentos em controladas diretas, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

Posição em 31/12/2020

Controladas	Participação		Ativo		Passivo		Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
	Quotas Ações	%	Circulante	Não circulante	Circulante	Não Circulante				
Netshoes	1.514.532.428	100%	754.996	525.725	886.889	354.678	401.745	39.154	2.097.363	(195.207)
Época cosméticos	34.405.475	100%	190.835	51.438	158.737	3.636	80.405	79.900	461.555	17.429
Magalu Pagamentos	2.000.000	100%	1.226.399	8.674	1.078.352	-	73.000	156.721	243.726	96.544
Integra Commerce	100	100%	150	-	-	-	4.156	150	-	(671)
Consórcio Luiza	6.500	100%	70.961	3.901	20.814	1.919	6.500	52.129	97.233	7.440
Magalog	16.726	100%	162.694	186.811	163.259	48.744	100.551	137.502	301.487	(4.610)
Softbox	23.273.616	100%	9.537	51.365	25.254	8.648	24.902	27.000	49.638	(4.375)
Kelex	100	100%	231	58	-	2	100	287	101	63
Certa	100	100%	125	-	29	-	100	96	-	11

Movimentação	Saldo inicial	AFAC	Combinaçãos de negócios	Outros resultados abrangentes	Plano de ação	Equivalência patrimonial	Saldo final
Netshoes	768.904	141.000	32.510	4.460	11.783	(195.207)	763.450
Época cosméticos	58.025	46.000	-	-	-	17.429	121.454
Magalu Pagamentos	1.992	71.000	-	-	-	96.544	169.536
Integra Commerce	2.841	-	-	-	-	(671)	2.170
Consórcio Luiza	44.372	-	-	317	-	7.440	52.129
Magalog	14.039	92.500	43.283	-	-	(4.610)	145.212
Softbox	43.921	14.219	9.078	-	-	(4.375)	62.843
Kelex	1.009	-	-	-	-	63	1.072
Certa	470	-	-	-	-	11	481
Total	935.573	364.719	84.871	4.777	11.783	(83.376)	1.318.347

Posição em 31/12/2019

Controladas	Participação		Ativo		Passivo		Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (prejuízo) líquido
	Quotas Ações	%	Circulante	Não circulante	Circulante	Não Circulante				
Netshoes	31.056.244	100%	530.943	520.277	693.202	121.656	260.745	236.362	1.080.034	46.758
Época cosméticos	12.855	100%	68.735	11.791	64.055	-	34.405	16.471	198.138	(4.852)
Magalu Pagamentos	2.000.000	100%	2.800	-	808	-	2.000	1.992	74	(8)
Integra Commerce	100	100%	389	451	19	-	4.156	821	111	(320)
Consórcio Luiza	6.500	100%	56.474	4.874	14.336	2.640	6.500	44.372	84.756	10.440
Magalog	16.726	100%	28.936	869	23.476	-	8.051	6.329	23.250	(734)
Softbox	5.431	100%	8.076	5.849	7.599	-	8.500	6.326	34.477	1.811
Kelex	100	100%	227	-	3	-	100	224	162	35
Certa	100	100%	117	-	32	-	100	85	-	(7)

Movimentação	Saldo inicial	AFAC	Combinações de negócios	Outros resultados abrangentes	Plano de ação	Dividendos	Equivalência patrimonial	Saldo final
Netshoes	-	260.500	453.247	902	7.497	-	46.758	768.904
Época cosméticos	57.077	5.800	-	-	-	-	(4.852)	58.025
Magalu Pagamentos	-	2.000	-	-	-	-	(8)	1.992
Integra Commerce	2.861	300	-	-	-	-	(320)	2.841
Consórcio Luiza	36.542	-	-	-	-	(2.610)	10.440	44.372
Magalog	8.373	6.400	-	-	-	-	(734)	14.039
Softbox	42.110	-	-	-	-	-	1.811	43.921
Kelex	974	-	-	-	-	-	35	1.009
Certa	477	-	-	-	-	-	(7)	470
Total	148.414	275.000	453.247	902	7.497	(2.610)	53.123	935.573

k. Conciliação do valor contábil

Controladas	Patrimônio líquido	Ágio gerado na aquisição	Mais valia ¹	2020
Netshoes	39.154	486.724	237.572	763.450
Época cosméticos	79.901	36.826	4.727	121.454
Magalu Pagamentos	169.536	-	-	169.536
Integra Commerce	150	-	2.020	2.170
Consórcio Luiza	52.129	-	-	52.129
Magalog	137.502	3.756	3.954	145.212
Softbox	27.000	23.078	12.765	62.843
Kelex	287	785	-	1.072
Certa	96	385	-	481
Total	505.755	551.554	261.038	1.318.347

¹ Refere-se à diferença de valor justo de ativos e passivos alocados no preço de aquisição.

Controladas	Patrimônio líquido	Ágio gerado na aquisição	Mais valia ¹	2019
Netshoes	236.362	486.718	45.824	768.904
Época cosméticos	16.471	36.827	4.727	58.025
Magalu Pagamentos	1.992	-	-	1.992
Integra Commerce	821	-	2.020	2.841
Consórcio Luiza	44.372	-	-	44.372
Magalog	6.329	3.756	3.954	14.039
Softbox	6.326	23.078	14.517	43.921
Kelex	224	785	-	1.009
Certa	85	385	-	470
Total	312.982	551.549	71.042	935.573

¹ Refere-se à diferença de valor justo de ativos e passivos alocados no preço de aquisição.

13. Investimentos em controladas em conjunto

Política Contábil

O investimento em uma *joint venture* é reconhecido inicialmente ao custo. A partir da data de aquisição, o valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da *joint venture*.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da *joint venture*. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes na Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio líquido da *joint venture*, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a *joint venture* são eliminados em proporção à participação na *joint venture*.

As demonstrações contábeis da *joint venture* são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua *joint venture*. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na *joint venture* sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da *joint venture* e o valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado. A Companhia não identificou evidências objetivas para reconhecer redução ao valor recuperável em 2020 e 2019.

Posição em 31/12/2020

Controladas em conjunto	Participação		Ativo		Passivo		Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido
	Quotas Ações	%	Circulante	Não circulante	Circulante	Não Circulante				
Luizacred	31.056.244	50%	9.254.670	1.213.613	9.640.388	84.809	442.000	743.086	1.801.902	204.857
Luizaseg	12.855	50%	263.843	419.702	312.598	124.950	133.883	245.997	398.542	58.582

Movimentação	Saldo inicial	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Equivalência patrimonial	Saldo final
Luizacred	295.471	(12.949)	-	102.429	384.951
Luizaseg	9.620	(25.115)	(231)	17.500	1.774
Total	305.091	(38.064)	(231)	119.929	386.725

Posição em 31/12/2019

Controladas em conjunto	Participação		Ativo		Passivo		Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido
	Quotas Ações	%	Circulante	Não circulante	Circulante	Não Circulante				
Luizacred	1.054	50%	9.686.106	1.499.986	10.445.936	149.214	400.000	590.942	2.568.222	40.326
Luizaseg	133.883	50%	231.400	450.102	305.904	134.598	133.884	241.000	564.582	47.476

Movimentação	Saldo inicial	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Equivalência patrimonial	Saldo final
Luizacred	288.260	(12.952)	-	20.163	295.471
Luizaseg	20.202	(19.807)	2.781	6.444	9.620
Total	308.462	(32.759)	2.781	26.607	305.091

Total de investimentos em controladas em conjunto

	2020	2019
Luizacred (a)	384.951	295.471
Luizaseg (b)	124.446	120.500
Luizaseg - Lucros não realizados (c)	(122.672)	(110.880)
Total	386.725	305.091

- (a) Participação de 50% do capital social votante representando o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle do negócio, exigido o consentimento unânime das partes sobre decisões e atividades financeiras e operacionais relevantes. A Luizacred é controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A. e tem por objeto, a oferta, a distribuição e a comercialização de produtos e serviços financeiros aos clientes na rede de lojas da Contraladora.
- (b) Participação de 50% do capital social votante representando o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle do negócio, exigido o consentimento unânime das partes sobre decisões e atividades de garantias e operacionais relevantes. A Luizaseg é controlada em conjunto com a NCVP Participações Societárias S.A., subsidiária da Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A. e tem por objeto o desenvolvimento, a venda e a administração de garantias estendidas para qualquer tipo de produto vendido no Brasil por meio da rede de lojas da Controladora.
- (c) Lucros não realizados decorrente de transações de intermediação de vendas de seguros de garantia estendida para a controlada em conjunto Luizaseg.

14. Arrendamentos

A Companhia atua como arrendatária em contratos principalmente relacionados a imóveis (lojas físicas, centros de distribuição e unidades administrativas). Desde o ano de 2019 a Companhia reconhece esses contratos de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, no balanço patrimonial como direito de uso e passivo de arrendamento.

Política Contábil

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

A Companhia utilizou como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance do CPC 06 (R2) e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A Companhia é parte em determinados contratos com prazos indeterminados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia entende que tais contratos estão fora do alcance do pronunciamento CPC 06 (R2), fazendo com que os pagamentos sejam reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem.

A movimentação do direito de uso, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foi a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Direito de uso em 31 de dezembro de 2019:	2.203.827	2.273.786
Adição/remensuração	618.231	650.234
Baixas	(24.827)	(82.033)
Depreciação	(355.692)	(376.473)
Direito de uso em 31 de dezembro de 2020:	2.441.539	2.465.514
Composição:		
Valor de custo	3.137.081	3.172.371
Depreciação acumulada	(695.542)	(706.857)
Direito de uso em 31 de dezembro de 2020:	2.441.539	2.465.514

	Controladora	Consolidado
Direito de uso em 31 de dezembro de 2018:		
Adoção inicial - IFRS 16	1.947.468	1.947.468
Adição/remensuração	537.046	546.539
Adição por combinação de negócios	-	72.973
Baixas	(913)	(913)
Depreciação	(279.774)	(292.281)
Direito de uso em 31 de dezembro de 2019:	2.203.827	2.273.786
Composição:		
Valor de custo	2.606.785	2.697.648
Depreciação acumulada	(402.958)	(423.862)
Direito de uso em 31 de dezembro de 2019:	2.203.827	2.273.786

A movimentação do passivo de arrendamento, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foi a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2019:	2.205.750	2.280.322
Remensuração/adção	610.399	642.400
Pagamento de principal	(275.850)	(290.160)
Pagamento de juros	(191.579)	(197.582)
Juros provisionados	173.430	179.434
Baixa	(24.827)	(88.110)
Arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2020:	2.497.323	2.526.304
Circulante	340.801	351.152
Não Circulante	2.156.522	2.175.152

	Controladora	Consolidado
Arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2018:		
Adoção inicial	1.947.468	1.947.468
Remensuração/adção	463.977	473.470
Adição por combinação de negócio	-	73.693
Pagamento de principal	(205.695)	(214.309)
Pagamento de juros	(147.715)	(152.353)
Juros provisionados	147.715	152.353
Arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2019:	2.205.750	2.280.322
Circulante	311.960	330.571
Não Circulante	1.893.790	1.949.751

Em 2020, o pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos sofreu uma revisão afim de prever um expediente prático relacionado aos descontos obtidos por arrendatários, em contratos de arrendamento, relacionados à Covid-19. Tal expediente prático prevê que o arrendatário poderia optar por não avaliar se um benefício concedido em função da pandemia seria reconhecido como uma modificação do contrato de arrendamento. Assim, a Companhia aplicou o expediente prático a todos os benefícios negociados com os arrendadores de imóveis em função de descontos obtidos em 889 contratos de arrendamentos.

i) Informações adicionais

Como descrito acima, a Companhia adotou como taxa de desconto dos passivos de arrendamento a sua taxa incremental de empréstimo, que é calculada como uma taxa básica de juros nominal prontamente observável, ajustada pelo risco de crédito da Companhia, aos prazos dos contratos de arrendamento e a natureza e qualidade de possíveis garantias a serem oferecidas. Considerando que os contratos de arrendamento da Companhia são substancialmente contratos com fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários e, considerando também as sugestões de divulgação publicadas no Ofício Circular 02/19 da CVM, a Companhia fornece abaixo informações adicionais sobre as características dos contratos para que os usuários dessas demonstrações financeiras possam, a seu critério, realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pela inflação do período:

Fluxos contratuais em 31 de dezembro de 2020:

Maturidade Vencimento	Taxa média Desconto	Fluxo Contratual Pagamentos – Consolidado						Acima de 2025
		2020	2021	2022	2023	2024	2025	
2021-2023	7,62%	105.920	75.289	27.743	-	-	-	-
2024-2026	7,61%	140.719	141.837	141.766	126.448	84.280	39.638	-
2027-2029	7,56%	134.564	134.861	134.584	134.719	134.829	134.897	147.847
2030-2032	7,56%	34.588	34.378	34.378	34.374	34.254	34.283	166.404
2033-2035	7,61%	11.763	11.893	11.893	11.869	11.806	11.875	89.136
2036-2038	7,58%	23.906	24.322	24.320	24.320	24.320	24.291	263.592
após 2038	7,57%	38.665	39.384	40.019	40.117	40.181	40.205	512.040
Total		490.125	461.964	414.703	371.847	329.670	285.189	1.179.019
Inflação projetada¹		6,06%	6,06%	6,06%	5,28%	5,28%	5,28%	4,23%

¹Taxa obtida através de cotações de cupons DI x ICPA futuros observadas na B3 (www.b3.com.br)

15. Imobilizado

Política contábil

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, à exceção de terrenos e obras em andamento, acrescidos dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos bens, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Ganhos ou perdas na venda ou baixa são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A política contábil relacionada à redução ao valor recuperável de ativos imobilizados está descrita na nota explicativa 3.2.

A movimentação do imobilizado, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foi a seguinte:

Controladora

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2020
Móveis e utensílios	166.225	63.664	(28.894)	(1.743)	3.502	202.754
Máquinas e equipamentos	127.573	37.332	(9.441)	(1.439)	147	154.172
Veículos	10.789	2.848	(3.407)	(33)	-	10.197
Computadores e periféricos	89.824	77.768	(33.220)	(13.556)	2.036	122.852
Benfeitorias	487.618	-	(61.054)	(1.716)	157.352	582.200
Obras em andamento	87.850	149.272	-	-	(157.100)	80.022
Outros	22.493	9.287	(4.818)	(1.464)	(5.937)	19.561
	992.372	340.171	(140.834)	(19.951)	-	1.171.758

	Saldo em 01/01/2019	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência	Transferência IFRS 16	Saldo em 31/12/2019
Móveis e utensílios	126.895	63.062	(24.432)	(697)	1.397	-	166.225
Máquinas e equipamentos	84.228	51.049	(7.461)	(327)	84	-	127.573
Veículos	17.706	4.924	(2.642)	(625)	(79)	(8.495)	10.789
Computadores e periféricos	62.886	50.240	(23.845)	(280)	823	-	89.824
Benfeitorias	327.930	213	(36.343)	(40)	195.858	-	487.618
Obras em andamento	108.457	175.697	-	(267)	(196.037)	-	87.850
Outros	21.361	7.661	(4.107)	(376)	(2.046)	-	22.493
	749.463	352.846	(98.830)	(2.612)	-	(8.495)	992.372

	2020			2019		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	362.533	(159.779)	202.754	306.354	(140.129)	166.225
Máquinas e equipamentos	208.323	(54.151)	154.172	174.906	(47.333)	127.573
Veículos	29.107	(18.910)	10.197	27.762	(16.973)	10.789
Computadores e periféricos	294.829	(171.977)	122.852	258.470	(168.646)	89.824
Benfeitorias	1.045.339	(463.139)	582.200	915.405	(427.787)	487.618
Obras em andamento	80.022	-	80.022	87.850	-	87.850
Outros	43.481	(23.920)	19.561	42.708	(20.215)	22.493
	2.063.634	(891.876)	1.171.758	1.813.455	(821.083)	992.372

Consolidado

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Adição por aquisição de controlada	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2020
Móveis e utensílios	169.689	64.881	1.600	(29.573)	(2.642)	3.857	207.812
Máquinas e equipamentos	154.224	39.229	43	(12.782)	(1.488)	3.363	182.589
Veículos	10.954	2.854	202	(3.465)	(39)	-	10.506
Computadores e periféricos	96.847	83.674	628	(36.754)	(14.329)	2.743	132.809
Benfeitorias	512.392	3.050	14	(73.596)	(2.203)	167.380	607.037
Obras em andamento	90.257	161.026	-	-	-	(169.188)	82.095
Outros	42.341	9.444	4	(6.856)	(1.464)	(8.155)	35.314
	1.076.704	364.158	2.491	(163.026)	(22.165)	-	1.258.162

	Saldo em 01/01/2019	Adições	Adição advinda de controlada	Depreciação	Baixas	Transferência	Transferência IFRS 2016	Saldo em 31/12/2019
Móveis e utensílios	126.911	63.076	3.630	(24.747)	(697)	1.516	-	169.689
Máquinas e equipamentos	84.228	51.053	28.051	(9.042)	(377)	311	-	154.224
Veículos	17.706	5.023	37	(2.694)	(625)	2	(8.495)	10.954
Computadores e periféricos	62.972	50.644	7.699	(25.421)	(297)	1.250	-	96.847
Benfeitorias	327.930	391	33.064	(45.683)	(173)	196.863	-	512.392
Obras em andamento	108.457	177.015	1.089	-	(267)	(196.037)	-	90.257
Outros	26.049	8.852	16.243	(4.522)	(376)	(3.905)	-	42.341
	754.253	356.054	89.813	(112.109)	(2.812)	-	(8.495)	1.076.704

	2020			2019		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	369.917	(162.105)	207.812	312.735	(143.046)	169.689
Máquinas e equipamentos	254.088	(71.499)	182.589	215.280	(61.056)	154.224
Veículos	29.659	(19.153)	10.506	28.153	(17.199)	10.954
Computadores e periféricos	327.279	(194.470)	132.809	285.748	(188.901)	96.847
Benfeitorias	1.117.621	(510.584)	607.037	976.809	(464.417)	512.392
Obras em andamento	82.095	-	82.095	90.257	-	90.257
Outros	61.524	(26.210)	35.314	64.147	(21.806)	42.341
	2.242.183	(984.021)	1.258.162	1.973.129	(896.425)	1.076.704

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não registrou custo de empréstimo capitalizados para a abertura de novas lojas e aquisição de instalações e de equipamentos (R\$ 510 em 31 de dezembro de 2019). Foi utilizada a taxa média dos empréstimos para efetuar o cálculo dos custos de empréstimos passíveis de serem capitalizados.

Taxas de depreciação

As taxas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

	2020	2019
Móveis e utensílios	10%	10%
Máquinas e equipamentos	5%	5%
Aeronaves	5%	5%
Veículos leves	20%	20%
Veículos pesados	14,3%	14,3%
Computadores e periféricos	20%	20%
Benfeitorias	7,0	8,1%

A Companhia não possui itens imobilizados ociosos ou mantidos para venda.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment”

Nos exercícios apresentados não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

16. Intangível

Política contábil

Os ágios apurados em aquisições de investimentos são inicialmente mensurados como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio, que possui vida útil indefinida, é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável, conforme descrito na nota 3.2.

Os softwares referem-se ao custo de aquisição do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em cinco anos.

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais. Enquanto tais desenvolvimentos não são encerrados, os saldos são controlados no grupo de “Projetos em andamento”.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios referem-se, substancialmente, aos ágios apurados em aquisições de investimentos. Nas demonstrações contábeis consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados, sendo reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

A política contábil relacionada à redução ao valor recuperável de intangíveis está descrita na nota explicativa 3.2.

A movimentação do intangível, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi a seguinte:

Controladora

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Amortização	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2020
Ágio	313.856	-	-	-	-	313.856
Software	210.568	26.408	(72.799)	(27)	78.765	242.915
Projetos em andamento	2.327	113.174	-	(198)	(78.765)	36.538
Outros	118	-	-	-	-	118
	526.869	139.582	(72.799)	(225)	-	593.427

	Saldo em 01/01/2019	Adições	Amortização	Baixas	Transferência	Transferência IFRS 16	Saldo em 31/12/2019
Ágio	313.856	-	-	-	-	-	313.856
Fundo de comércio	22.345	-	-	-	-	(22.345)	-
Software	156.247	16.985	(59.405)	(2)	96.743	-	210.568
Projetos em andamento	8.972	90.165	-	(67)	(96.743)	-	2.327
Outros	119	-	-	(1)	-	-	118
	501.539	107.150	(59.405)	(70)	-	(22.345)	526.869

	2020			2019		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio	313.856	-	313.856	325.451	(11.595)	313.856
Fundo de comércio	-	-	-	25.988	(25.988)	-
Software	480.519	(237.604)	242.915	492.723	(282.155)	210.568
Projetos em andamento	36.538	-	36.538	2.327	-	2.327
Outros	118	-	118	118	-	118
	831.031	(237.604)	593.427	846.607	(319.738)	526.869

Consolidado

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Adições por aquisição de controlada	Amortização	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2020
Ágio	867.425	-	235.315	-	-	-	1.102.740
Fundo de comércio	2.234	-	-	-	-	1	2.235
Carteira de clientes	175.900	-	38.447	(44.983)	-	5.300	174.664
Software	350.862	39.659	3.662	(118.041)	(67)	93.157	369.232
Projetos em andamento	2.327	131.978	-	-	(198)	(93.124)	40.983
Marca e patentes	120.985	213	55.194	-	(210)	(1)	176.181
Outros	25.895	-	400	-	-	(5.333)	20.962
	1.545.628	171.850	333.018	(163.024)	(475)	-	1.886.997

	Saldo em 01/01/2019	Adições	Adições por aquisição de controlada	Amortização	Baixas	Transferência	Transferência IFRS 16	Saldo em 31/12/2019
Ágio	398.434	-	489.520	-	-	(20.529)	-	867.425
Fundo de comércio	24.579	-	-	-	-	-	(22.345)	2.234
Carteira de clientes	-	-	175.900	-	-	-	-	175.900
Software	162.952	31.890	131.948	(82.569)	(2)	106.643	-	350.862
Projetos em andamento	8.972	90.165	-	-	(67)	(96.743)	-	2.327
Marca e patentes	3.649	-	116.056	-	-	1.280	-	120.985
Outros	236	30	16.297	(16)	(1)	9.349	-	25.895
	598.822	122.085	929.721	(82.585)	(70)	-	(22.345)	1.545.628

	2020			2019		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio	1.102.740	-	1.102.740	879.020	(11.595)	867.425
Fundo de comércio	2.235	-	2.235	28.222	(25.988)	2.234
Carteira de clientes	219.647	(44.983)	174.664	175.900	-	175.900
Software	804.131	(434.899)	369.232	777.351	(426.489)	350.862
Projetos em andamento	40.983	-	40.983	2.327	-	2.327
Marcas e patentes	176.683	(502)	176.181	121.487	(502)	120.985
Outros	20.962	-	20.962	25.913	(18)	25.895
	2.367.381	(480.384)	1.886.997	2.010.220	(464.592)	1.545.628

As despesas relativas à amortização dos ativos intangíveis são registradas na rubrica de “Depreciação e amortização”, no resultado do exercício.

Testes de não recuperação do ágio e intangíveis

O ágio e outros ativos intangíveis foram submetidos a teste de desvalorização em 31 de dezembro de 2020 e 2019. A Administração elaborou uma estimativa dos valores recuperáveis ou valores em uso de todos os ativos.

O teste de não recuperação para o ágio na aquisição de empresas compreende a apuração dos valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) identificadas em cada negócio. Uma UGC identificada é o agrupamento de todas as lojas de redes de varejo físico adquiridas, cujo ágio totaliza R\$ 313.856 e já foram incorporadas. Outra UGC relevante identificada é a vertical de moda e esportes, cujo ágio corresponde substancialmente à aquisição da Netshoes.

O valor em uso das UGCs é apurado segundo o método do fluxo de caixa descontado, antes dos impostos, adotando-se as seguintes taxas:

	Varejo Físico	Netshoes
	Taxa a.a.	
Fluxo de caixa descontado - taxa de desconto, antes dos impostos	13,8% (1)	13,8% (1)
Taxa de crescimento médio ponderado nos 5 primeiros anos	9,2%	12,4%
Perpetuidade	3,2%	3,2%

(1) Taxa CAPM (Custo Médio de Capital Próprio).

As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento para a UGC baseiam-se no orçamento anual da Companhia e nos planos de negócios dos próximos exercícios aprovados pelo Conselho de Administração, bem como em dados de mercado comparáveis, representando a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante a vida econômica útil do grupo de ativos geradores de fluxos de caixa. A partir dos testes realizados, a Companhia não identificou perdas por não recuperação dos ágios registrados.

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Mercadorias para revenda	7.542.524	5.372.599	8.311.440	5.867.239
Outros fornecedores	154.534	67.258	216.617	99.698
Ajuste a valor presente	(17.197)	(26.311)	(26.659)	(32.060)
Total	7.679.861	5.413.546	8.501.398	5.934.877

A Companhia mantém convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com os seus principais fornecedores a operação de antecipação de seus recebíveis. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco em troca do recebimento antecipado do título. O banco, por sua vez, passa a ser credor da operação, sendo que a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor e recebe, subsequentemente, uma comissão do Banco por essa intermediação e confirmação dos títulos a pagar. Essa comissão é registrada como receita financeira.

A operação acima realizada pela Companhia não altera os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores e, portanto, a Companhia a classifica na rubrica de Fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo a pagar negociado pelos fornecedores, e com aceite da Companhia, somava R\$ 1.204.925 (R\$ 1.389.804 em 31 de dezembro de 2019).

As contas a pagar aos fornecedores são registradas inicialmente ao seu valor presente com contrapartida na conta de "Estoques". A reversão do ajuste a valor presente é registrada na rubrica "Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços" pela fruição de prazo.

18. Parceiros e outros depósitos

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui o saldo de R\$ 718.482 referente a valores a repassar para seus parceiros do marketplace, relacionados a compras realizadas por clientes na plataforma digital do Magazine Luiza, de produtos vendidos por lojistas parceiros (sellers) e transacionados pela Magalu Pagamentos.

19. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargo	Garantia	Vencimento final	Controladora		Consolidado	
				2020	2019	2020	2019
Notas promissórias - 4ª emissão (a)	104,0% do CDI	Clean	jun/21	847.239	822.542	847.239	822.542
Debêntures - oferta restrita - 8ª emissão (b)	100% do CDI + 1,5%	Clean	mar/21	821.832	-	821.832	-
Financiamento de Inovação – FINEP (c)	4% a.a.	Fiança bancária	dez/22	14.776	22.215	14.776	22.215
Financiamento de Expansão – BNB (d)	7% a.a.	Fiança bancária	dez/22	-	2.203	-	2.203
Outros	113,5% do CDI	Clean	out/25	121	94	2.915	1.869
Total				1.683.968	847.054	1.686.762	848.829
Passivo circulante				1.666.243	8.192	1.667.181	9.967
Passivo não circulante				17.725	838.862	19.581	838.862

- a) A Companhia realizou em 16 de junho de 2019 a 4ª. emissão de notas promissórias comerciais, em série única, sendo emitidas 160 notas com valor nominal unitário de R\$ 5.000, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476/2009. Os valores captados têm sido utilizados para otimização do fluxo de caixa no curso e gestão ordinária dos negócios da Companhia.
- b) A Companhia realizou em 06 de abril de 2020 a captação de R\$ 800 milhões via distribuição pública, com esforços restritos da 8ª. Emissão de Debêntures, com remuneração de CDI + 1,5% a.a. e vencimento único em 13 de março de 2021.
- c) Refere-se a contrato de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, com o objetivo de investir em projetos de pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas.
- d) Refere-se ao contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, com o objetivo de modernizar, reformar as lojas da região nordestina e construir um novo Centro de Distribuição no município de Candeias (BA). Este contrato foi encerrado no exercício de 2020.

Conciliação dos fluxos de caixa das atividades operacionais e de financiamento

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	847.054	454.087	848.829	455.967
Captação	800.000	798.944	801.126	798.944
Adição por aquisição	-	-	11.187	201.857
Pagamento de principal	(11.342)	(407.247)	(22.637)	(607.002)
Pagamento de juros	(796)	(49.560)	(797)	(52.320)
Juros provisionados	49.052	50.830	49.054	51.383
Saldo final	1.683.968	847.054	1.686.762	848.829

Cronograma dos vencimentos

O cronograma de pagamento da parcela dos empréstimos e financiamentos está demonstrado abaixo:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2021	1.669.071	1.669.071
2022	14.897	17.691
Total	1.683.968	1.686.762

Covenants

A 8ª emissão de Debêntures e a 4ª emissão de Notas Promissórias possui cláusula restritiva (“covenants”) equivalente à manutenção da relação “Dívida líquida ajustada EBITDA Ajustado” não superior a 3,0 vezes. Por dívida líquida ajustada, deve-se entender o somatório de todos os empréstimos e financiamentos, incluídas as debêntures, excluindo-se disponibilidade de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, recebíveis de cartão de crédito não antecipados. O EBITDA ajustado é calculado de acordo com a instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, excluído de eventos operacionais (receita/despesas) de caráter extraordinário. Até a data de emissão dessas demonstrações contábeis a Companhia estava adimplente às cláusulas de covenants.

20. Receita diferida

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita diferida com terceiros:				
Contrato de exclusividade com Cardif (a)	87.345	104.814	87.345	104.814
Contrato de exclusividade com Banco Itaúcard S.A. (b)	84.000	96.500	84.000	96.500
Outros contratos	-	-	18.255	21.157
	171.345	201.314	189.600	222.471
Receita diferida com partes relacionadas:				
Contrato de exclusividade com a Luizacred (b)	99.679	110.766	99.679	110.766
Contrato de exclusividade com a Luizaseg(a)	55.000	66.600	55.000	66.600
	154.679	177.366	154.679	177.366
Total de receitas diferidas	326.024	378.680	344.279	399.837
Passivo circulante	39.157	39.157	43.009	43.036
Passivo não circulante	286.867	339.523	301.270	356.801

(a) Em 14 de dezembro de 2015, foi estabelecido novo Acordo de Aliança Estratégica com empresas do grupo Cardif e com Luizaseg, visando a extensão dos direitos e obrigações previstos nos acordos entre as partes vencidos em 31 de dezembro de 2015, pelo período adicional de 10 anos e com prazo de vigência de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2025. Esse acordo proporcionou o ingresso de R\$ 330.000 no caixa da Companhia. Desse montante, R\$ 42.000 foram destinados à controlada em conjunto Luizacred, tendo em vista que os seguros atrelados ao cartão de crédito são de exclusividade da Luizacred. O reconhecimento da receita da Companhia decorrente deste acordo é apropriado ao resultado durante o período de vigência do contrato, sendo parte condicionado ao atingimento de determinadas metas.

(b) Em 27 de setembro de 2009, a Companhia celebrou um “Acordo de Associação” junto ao Itaú Unibanco Holding S.A. (“Itaú”) e ao Banco Itaúcard S.A., por meio do qual a Companhia cedeu à Luizacred a exclusividade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na sua rede de lojas, pelo prazo de 20 anos. Pela referida associação, as instituições Itaú pagaram à vista o montante de R\$ 250.000, sendo: (i) R\$ 230.000 relacionados à consecução da negociação em si, sem direito de regresso, e; (ii) R\$ 20.000 vinculados ao cumprimento de metas de rentabilidade na Luizacred, metas estas cumpridas, em sua totalidade, ao fim do exercício de 2014.

Em 29 de dezembro de 2010, as partes assinaram o primeiro aditivo ao acordo de associação com a Luizacred, por meio do qual estendeu a exclusividade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na rede de lojas então adquiridas na região nordeste do Brasil (Lojas Maia), pelo prazo de 19 anos. Em contraprestação, a Luizacred pagou o montante de R\$ 160.000 à Companhia, que são apropriados ao resultado durante o período de

vigência do contrato. Como parte desse acordo de associação, o montante de R\$ 20.000, mencionado no parágrafo acima, foi aumentado para R\$ 55.000.

Em 16 de dezembro de 2011, a Companhia celebrou o segundo aditamento ao acordo de associação com a Luizacred, em virtude da aquisição da New-Utd ("Lojas do Baú"). Em contraprestação, a Luizacred pagou o montante de R\$ 48.000 à Companhia, os quais são apropriados ao resultado durante o período de vigência remanescente do acordo de associação.

21. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Vendas pendentes de entrega, líquidas de devoluções	550.198	242.085	567.132	252.638
Valores a repassar a parceiros	105.176	123.419	133.075	123.419
Serviços especializados	6.969	31.679	117.524	47.496
Frete a pagar	110.172	62.303	154.069	138.007
Marketing a pagar	96.558	36.484	96.558	68.237
Valores a pagar ex-cotistas	12.725	10.581	71.272	10.581
Outros	49.804	31.274	69.015	63.314
Total	931.602	537.825	1.208.645	703.692
Passivo circulante	931.602	537.825	1.203.655	701.719
Passivo não circulante	-	-	4.990	1.973

22. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Para os processos em andamento, de natureza trabalhista, cível e tributária, em que a opinião dos assessores legais é desfavorável, a Companhia constituiu provisão, sendo esta a melhor estimativa de desembolso futuro da Administração. A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é como segue:

Controladora

	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	713.547	16.272	38.119	767.938
Adições	269.477	8.406	6.000	283.883
Reversão	(49.402)	-	-	(49.402)
Pagamentos	(2.387)	(7.740)	(1.763)	(11.890)
Atualizações	7.721	-	-	7.721
Saldos em 31 de dezembro de 2020	938.956	16.938	42.356	998.250

Consolidado

	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	977.900	19.130	40.089	1.037.119
Adições	309.058	10.302	7.170	326.530
Adição por aquisição de controlada	73.315	29	66	73.410
Reversão	(50.919)	127	(13)	(50.805)
Pagamentos	(3.427)	(9.480)	(2.073)	(14.980)
Atualizações	8.606	55	-	8.661
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.314.533	20.163	45.239	1.379.935

Em 31 de dezembro de 2020, a natureza das principais causas da Companhia, classificadas pela Administração com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco provável de perda, bem como obrigações legais que possuem valores depositados judicialmente, que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima, é como segue:

a) Riscos tributários

A Companhia discute administrativa e judicialmente vários processos de natureza tributária, classificados como perda provável, portanto estão provisionados. Além desses processos, Companhia possui provisão para outras discussões judiciais as quais tem realizado depósitos judiciais, bem como provisões relacionadas com combinação de negócio de suas adquiridas. Os riscos tributários estão assim divididos:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Federais	507.198	431.342	797.825	682.978
Estaduais	431.732	282.179	516.185	294.534
Municipais	26	26	523	388
	938.956	713.547	1.314.533	977.900

b) Riscos cíveis

A provisão para riscos cíveis de R\$ 16.938 na Controladora e R\$ 20.163 no Consolidado em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 16.272 na Controladora e R\$ 19.130 no Consolidado em 31 de dezembro de 2019), está relacionada a reclamações oriundas principalmente de clientes sobre possíveis defeitos de produtos.

c) Riscos trabalhistas

Na esfera trabalhista, a Companhia é parte em diversos processos envolvendo principalmente questionamentos acerca de horas extras incorridas.

O valor provisionado de R\$ 42.356 na Controladora e R\$ 45.239 no Consolidado em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 38.119 na Controladora e R\$ 40.089 no Consolidado em 31 de dezembro de 2019) reflete o risco de perda provável avaliado pela Administração da Companhia juntamente com seus assessores jurídicos.

Para fazer frente às contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, a Companhia possui em depósitos judiciais no montante de R\$ 660.734 na Controladora e R\$ 843.852 no Consolidado em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 428.042 na Controladora e R\$ 570.142 no Consolidado em 31 de dezembro de 2019).

d) Passivos contingentes - possíveis de perda

A Companhia é parte em outros processos e discussões fiscais que foram classificados pela Administração como de risco de perda possível, com base na opinião de seus assessores jurídicos; portanto, nenhuma provisão foi constituída para tais processos e discussões. Os valores atribuídos às discussões envolvendo tributos federais perfaz, em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 1.809.930 (R\$ 1.791.196 em 31 de dezembro de 2019) na Controladora e R\$ 1.913.162 (R\$ 1.887.776 em 31 de dezembro de 2019) no Consolidado, já em relação aos tributos estaduais os riscos possíveis perfazem em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 712.079 (R\$ 425.727 em 31 de dezembro de 2019) na Controladora e R\$ 769.209 (R\$ 485.723 em 31 de dezembro de 2019) no Consolidado e quanto aos tributos municipais perfazem em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 3.927 (R\$ 2.446 em 31 de dezembro de 2019) na Controladora e R\$ 3.939 (R\$ 2.458 em 31 de dezembro de 2019) no Consolidado.

Dentre as principais discussões de natureza tributária, classificadas como perda possível, destacamos: (i) Processo Administrativo em que a Companhia discute com o fisco a natureza/conceito das bonificações/reembolsos de seus fornecedores para fins de tributação

do PIS/COFINS, além de discussões sobre a caracterização de algumas despesas ligadas à sua atividade fim como insumos para fins de créditos de PIS/COFINS; (ii) Processo judicial e autuação em que a Companhia discute a violação de diversos princípios jurídicos da Lei nº 13.241/2015, a qual extinguiu a isenção das Contribuições ao PIS e a COFINS sobre as receitas oriundas de vendas de produtos elegíveis ao Processo Básico de Produção, que segundo análise de seus assessores jurídicos internos e externos as chances de perda são possíveis com viés de remotas; (iii) Processos em que a Companhia discute com os fiscos estaduais supostos créditos ou divergências de ICMS; (iv) Processo Administrativo em que a Companhia discute com o fisco estadual autuações de cobrança de créditos de ICMS apropriados nas aquisições de mercadorias de fornecedores posteriormente declarados inidôneos; (v) Diversas autuações em que a Companhia discute a cobrança de créditos de ICMS apropriados nas aquisições de mercadorias de alguns de seus fornecedores, em razão destes terem se aproveitado de benefício fiscal concedido por outro Estado da Federação; (vi) risco relacionado ao não estorno de impostos em perdas de inventários físicos. Além disso, a Companhia acompanha a evolução de todas as discussões a cada trimestre de forma que, havendo alteração no cenário, as avaliações de riscos e eventuais perdas também serão reavaliadas.

Os riscos dos processos são constantemente avaliados e revisados pela Administração. Adicionalmente, a Companhia contesta também processos administrativos cíveis e trabalhistas, com risco estimado de perda possível, cujos valores envolvidos são irrelevantes para divulgação.

e) Processos de natureza ativa

A Companhia situa-se como autora (no polo ativo das ações) em outros processos tributários de diversas naturezas, ou seja, ingressou com ações contra os vários entes tributantes a fim de recuperar tributos pagos e/ou cobrados indevidamente por tais entes. As ações ativas da Companhia envolvendo o tema da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS foram transitadas em julgado com decisão definitiva favorável à Companhia em 2019, como demonstrado na nota explicativa 12.

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

A Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 07 de outubro de 2020, proposta de desdobramento de ações, na proporção de 01 (uma) ação ordinária para 04 (quatro) ações ordinárias, sem qualquer alteração no valor do capital social da Companhia. Assim, a quantidade de ações passou de 1.524.731.712 para 6.498.926.848, todas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Dessa forma, já considerando o total de ações desdobradas, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a composição acionária da Companhia está assim apresentada:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Quantidade de ações	Participação %	Quantidade de ações	Participação %
Acionistas controladores	3.794.249.028	58,38	3.835.553.580	59,02
Ações em circulação	2.669.138.132	41,07	2.646.856.644	40,73
Ações em tesouraria	35.539.688	0,55	16.516.624	0,25
Total	6.498.926.848	100,00	6.498.926.848	100,00

As ações detidas por acionistas controladores que são membros do Conselho de Administração e/ou da diretoria executiva estão inseridas na linha de acionistas controladores.

De acordo com o artigo nº 7 do Estatuto Social, a Companhia pode aumentar o seu capital social, nos termos do artigo 168 da Lei nº 6.404/76, mediante emissão de 1.200.000.000 de novas ações ordinárias.

b) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tem registrado na rubrica de Reserva de capital o valor de R\$ 390.644 (R\$ 323.263 em 31 de dezembro de 2019).

Plano de opção de compra de ações

1ª Outorga do Plano de Opção de Compra de Ações

Para este Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano") tornaram-se elegíveis a receber opções de compra de ações, os administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia. Na primeira outorga do Plano, em 5 de janeiro de 2012, foram concedidas 40.791.424 opções pelo preço de exercício a R\$ 0,43 (já considerando o efeito de desdobramento de ações). O Plano vigorou pelo prazo de oito anos a contar da data de outorga do mesmo, encerrando em 05 de janeiro de 2020.

2ª Outorga do Plano de Opção de Compra de Ações

A segunda outorga do Plano de Opção de Ações foi aprovada em 25 de outubro de 2013. Nesta oportunidade, foram outorgadas 38.831.232 opções e foi fixado o preço de exercício em R\$ 0,30 (já considerando o efeito de desdobramento de ações). Tal plano terá prazo máximo de exercício de 12 anos, a contar da data da assinatura do mesmo, desde que o beneficiário permaneça vinculado à Companhia e tenha cumprido as carências do plano.

O valor justo de cada opção concedida foi estimado na data de concessão aplicando o modelo de precificação de opções Black & Scholes, considerando as seguintes premissas:

Premissa	1ª Outorga	2ª Outorga
Expectativa de vida média das opções (a)	5,5 anos	5,5 anos
Volatilidade média anualizada	43,5%	37,9%
Taxa de juros livre de risco	10%	6%
Média ponderada do valor justo das opções concedidas (b)	R\$0,21	R\$0,19

(a) Representa o período em que se acredita que as opções sejam exercidas e leva em consideração o turn over médio dos beneficiários do plano.

(b) Valores consideram o efeito de desdobramento de ações

A tabela a seguir demonstra a movimentação da quantidade de opções de ações e a média ponderada do preço de exercício das mesmas (MPPE):

	Após o desdobramento		Antes desdobramento	
	Quantidade	MPPE	Quantidade	MPPE
Em circulação em 1º de janeiro de 2019	12.127.232	R\$0,33	3.031.808	R\$1,33
exercidas durante o período	(5.692.352)	R\$0,38	(1.423.088)	R\$1,50
Em circulação em 31 de dezembro de 2019	6.434.880	R\$0,30	1.608.720	R\$1,18
exercidas durante o período	(5.374.000)	R\$0,30	(1.343.500)	R\$1,18
Em circulação em 31 de dezembro de 2020	1.060.880	R\$0,30	265.220	R\$1,18

¹ Média Ponderada do Preço de Exercício das Opções de Ações: calculada com base nos termos contratuais, sem considerar a correção monetária do preço de exercício.

² O preço médio ponderado das ações na data de exercício das opções foi de R\$ 10,24 em 2020 (R\$ 6,35 em 2019), considerando o preço de ações após o desdobramento.

Plano de incentivo baseado em ações

A Companhia possui um plano de incentivo de longo prazo atrelado a ações, que foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária no dia 20 de abril de 2017. O plano tem como objetivo regular a concessão de incentivos atrelados às ações ordinárias de emissão da Companhia por meio de programas a serem implementados pelo nosso Conselho de Administração, sendo elegíveis a participar os administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou de suas sociedades controladas e controladas em conjunto.

Os objetivos principais do plano são: (a) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos pela Companhia; (b) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento dos nossos administradores, empregados e prestadores de serviços, alinhando os interesses dos nossos acionistas aos das pessoas elegíveis; e (c) estimular a expansão da Companhia e o alcance e superação de nossas metas empresariais e a consecução dos nossos objetivos sociais, alinhado aos interesses de nossos acionistas, através do comprometimento de longo prazo dos beneficiários.

A tabela a seguir demonstra o saldo (quantidade) de ações outorgadas em 31 de dezembro de 2020:

Tipo de programa	Data outorga	Prazo máximo carência	Após desdobramento		Antes do desdobramento	
			Posição Ações Outorgadas	Valor justo ¹	Posição Ações Outorgadas	Valor justo ¹
1º Matching share	28 de junho de 2017	4 anos e 10 meses	10.075.072	R\$0,97	2.518.768	R\$3,88
2º Matching share	05 de abril de 2018	5 anos	7.149.980	R\$3,08	1.787.495	R\$12,30
3º Matching share	04 de abril de 2019	5 anos	2.172.192	R\$5,05	543.048	R\$20,20
4º Matching share	15 de abril de 2020	5 anos	1.613.352	R\$10,96	403.338	R\$43,85
1º Restricted share	05 de abril de 2018	3 anos	595.232	R\$3,08	148.808	R\$12,30
2º Restricted share	04 de abril de 2019	3 anos	2.535.104	R\$5,05	633.776	R\$20,20
3º Restricted share	05 de junho de 2019	3 anos	1.158.080	R\$5,98	289.520	R\$23,90
4º Restricted share	04 de abril de 2019	3 anos	2.555.040	R\$5,27	638.760	R\$21,08
5º Restricted share	15 de abril de 2020	3 anos	3.151.032	R\$10,96	787.758	R\$43,85
1º Performance share	20 de fevereiro de 2019	5 anos	43.020.608	R\$5,08	10.755.152	R\$20,31
			74.025.692	R\$4,71	18.506.423	R\$17,34

¹ Refere-se a média ponderada do valor justo calculado em cada programa.

Adicionalmente aos planos acima demonstrados, a Companhia outorgou 8.916.188 ações no processo de aquisição do grupo Softbox, parte vinculada aos ex-proprietários da adquirida que continuam atuando como colaboradores e parte aos demais colaboradores. O valor justo mensurado na data de outorga foi de R\$ 5,68 e o prazo de carência máximo do plano é de 5 anos (dezembro de 2023).

Contraprestação em Combinação de Negócios

A Companhia vem utilizando comumente, em seus processos de aquisição, a negociação de parte do preço de aquisição como contraprestação em ações de sua emissão ("MGLU3"). Considerando que a liquidação da contraprestação será realizada com um instrumento patrimonial, a Companhia tem como política contábil o registro do valor justo em rubrica de reserva de capital. Abaixo demonstramos o montante relacionado às contraprestações em ações, em 31 de dezembro de 2020:

Aquisição	Data Aquisição	Valor	Quantidade Ações ¹	Apuração de metas
Hubsales	30/07/2020	5.000	259.841	01/01/2021 a 31/12/2025
Canaltech	30/09/2020	24.000	1.222.930	01/10/2020 a 30/08/2025
Aiqfome	03/09/2020	37.500	1.749.476	01/01/2021 a 31/12/2025
GFL Logística	25/09/2020	5.783	260.000	01/01/2021 a 31/12/2025
Stoq	24/08/2020	7.560	364.723	01/01/2021 a 31/12/2025
Comschool	15/10/2020	3.510	154.521	01/01/2021 a 31/12/2025
		83.353	4.011.491	

¹ Parte das ações estão vinculadas ao atingimento de determinadas metas e outras obrigações. A quantidade de ações foi calculada considerando o valor justo de atingimento de 100% das metas atribuídas aos contratos. Considera o número de ações após desdobramento.

c) Ações em tesouraria

	Após desdobramento		Antes desdobramento	
	Quantidade	Valor ¹	Quantidade	Valor
Em 1º de janeiro de 2019	52.072.736	87.015	13.018.184	87.015
Adquiridas no exercício	17.061.776	142.773	4.265.444	142.773
Alienadas no exercício	(52.617.888)	(105.255)	(13.154.472)	(105.255)
Em 31 de dezembro de 2019	16.516.624	124.533	4.129.156	124.533
Adquiridas no exercício	30.583.100	573.827	17.083.100	573.827
Alienadas no exercício	(11.560.036)	(94.679)	(2.942.509)	(94.679)
Em 31 de dezembro de 2020	35.539.688	603.681	18.269.747	603.681

A redução do saldo de ações em tesouraria é igual a média ponderada do custo incorrido para adquirir as ações. Qualquer excesso de dinheiro recebido pela alienação sobre a redução das ações em tesouraria é registrado como reserva de capital.

As opções de ações exercidas no período foram pagas utilizando as ações em tesouraria da Companhia.

d) Reservas de lucros

Em 2019 foi aprovada pelo Conselho de Administração a distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 170.000, adicionais à proposta de distribuição de dividendos no valor de R\$ 290.914, totalizando a proposta de distribuição de R\$ 460.914, dos quais R\$ 123.566 referiam-se a dividendos mínimos obrigatórios.

Em função do agravamento da crise relacionada à pandemia causada pelo coronavírus (Covid-19), em 22 de março de 2020, o Conselho de Administração decidiu cancelar a proposta adicional de dividendos no valor de R\$ 290.914, destinando tal valor para a reserva de reforço de capital de giro, mantendo a distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 170.000. Na mesma reunião o Conselho de Administração decidiu postergar, nos termos da Deliberação CVM 489/2020,

a Assembleia Geral Ordinária, que seria realizada no dia 09 de abril de 2020 para o dia 27 de julho de 2020.

Na Assembleia Geral Ordinária, ocorrida dia 27 de julho de 2020 foi aprovado o pagamento de dividendos no valor de R\$ 152.640 em adição aos R\$ 170.000 declarados como juros sobre capital próprio, totalizando uma distribuição de R\$ 322.640, o que equivale a 35% do lucro líquido do exercício de 2019, que foi liquidado no dia 19 de agosto de 2020. O valor de R\$ 138.274, relacionado à diferença do montante de R\$ 490.914 aprovada pelo Conselho de Administração em 2019 para o montante de R\$ 322.640 aprovados em AGO foi agregada à destinação para reserva de reforço de capital de giro, a qual também foi aprovada na mesma AGO.

No dia 22 de dezembro de 2020 foi aprovada pelo Conselho de Administração a distribuição de R\$ 170.000 de juros sobre capital próprio relacionado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Considerando que os juros sobre capital próprio são imputados aos dividendos, R\$ 39.953 desse montante foi classificado no passivo circulante como dividendos mínimos obrigatórios.

e) Ajustes de avaliação patrimonial

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial o montante de R\$ (22.004), (R\$ 3.168 em 2019), relacionado aos ajustes a valor justo de ativos financeiros.

f) Lucro por ação

Os cálculos dos lucros por ações básico e diluído, já considerando o efeito do desdobramento de ações, estão divulgados a seguir:

	Lucro básico		Lucro diluído	
	2020	2019	2020	2019
Em milhares				
Total de ações ordinárias	6.498.926.848	6.498.926.848	6.498.926.848	6.498.926.848
Efeito de ações em tesouraria	(35.539.688)	(16.516.624)	(35.539.688)	(16.516.624)
Efeito dos planos de ações ao serem exercidas (a)	-	-	76.477.926	75.292.052
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	6.463.387.160	6.482.410.224	6.539.865.086	6.557.702.276
Lucro líquido do exercício:	391.709	921.828	391.709	921.828
Lucro por ação:(em Reais)	0,061	0,142	0,060	0,141

- (a) Considera o efeito de ações exercíveis de acordo com os planos de incentivo atrelado a ações, divulgados acima.

24. Receita líquida de vendas

Política contábil

A receita líquida é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas, como segue:

Revenda de mercadorias - a receita é reconhecida quando os produtos são entregues e os clientes obtêm o controle dos bens, considerando ainda o fato de que as seguintes condições tenham sido satisfeitas:

- O valor da receita e os termos do pagamento possam ser identificados;
- É provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens serão transferidos ao cliente

A Companhia concede ao cliente o direito de devolução dos bens dentro de um período e premissas especificadas. O valor de receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas. A Companhia utiliza o método do valor esperado para fins de estimativa dos bens que não serão devolvidos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.

Receita de prestações de serviços - são reconhecidas quando for provável que os benefícios significativos ao serviço prestado serão transferidos pela Companhia. A Companhia possui as seguintes principais fontes de receita de serviços:

- intermediação de serviços financeiros para suas *joint ventures*, bem como outras empresas parceiras da Companhia;
- integração e gestão entre lojistas e marketplaces;
- comissões cobradas pela Companhia, através de sua controlada Magalu Pagamentos, de seus clientes pelo processamento de operações financeiras transacionadas nas plataformas de e-commerce do Grupo Magalu.
- administração de consórcios na controlada Luiza Administradora de Consórcios, onde a receita com taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida mensalmente quando do efetivo recebimento das parcelas dos consorciados que, para as atividades de administração de consórcio, denotam o efetivo período de prestação do serviço.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita bruta:				
Varejo - revenda de mercadorias	31.070.722	21.480.674	34.150.361	23.141.019
Varejo - prestações de serviços	1.210.130	1.102.928	1.665.058	1.132.489
Outros serviços	-	-	300.617	103.625
	32.280.852	22.583.602	36.116.036	24.377.133
Impostos e devoluções:				
Varejo - revenda de mercadorias	(6.041.085)	(3.972.172)	(6.733.548)	(4.354.851)
Varejo - prestações de serviços	(109.223)	(119.569)	(137.062)	(119.591)
Outros serviços	-	-	(68.313)	(16.381)
	(6.150.308)	(4.091.741)	(6.938.923)	(4.490.823)
Receita líquida de vendas	26.130.544	18.491.861	29.177.113	19.886.310

25. Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços

Política contábil

Os Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços incluem os custos com aquisição de mercadorias e com serviços prestados, deduzidos das recomposições de custos recebidas dos fornecedores e do ICMS substituição tributária recuperáveis. Despesas com frete relacionadas ao transporte de mercadorias dos fornecedores até os Centros de Distribuição ("CDs") são incorporadas ao custo das mercadorias a serem revendidas.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Custos:				
Das mercadorias revendidas	(19.672.090)	(13.464.405)	(21.312.383)	(14.259.726)
De outros serviços	-	-	(344.768)	(72.623)
Total	(19.672.090)	(13.464.405)	(21.657.151)	(14.332.349)

26. Informações sobre a natureza das despesas e outras receitas operacionais

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas com pessoal (a)	(2.179.129)	(1.995.490)	(2.419.255)	(2.132.269)
Despesas com prestadores de serviços	(2.002.665)	(1.051.840)	(2.337.470)	(1.328.526)
Outras	(938.975)	(269.798)	(1.237.948)	(268.242)
Total	(5.120.769)	(3.317.128)	(5.994.673)	(3.729.037)
Classificados por função como:				
Despesas com vendas	(4.476.887)	(3.134.586)	(5.162.618)	(3.444.112)
Despesas gerais e administrativas	(725.716)	(534.573)	(906.799)	(701.587)
Outras receitas operacionais, líquidas (nota 27)	81.834	352.031	74.744	416.662
	(5.120.769)	(3.317.128)	(5.994.673)	(3.729.037)

- (a) A Companhia provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico, seguro de vida, vale-alimentação, vale-transporte, bolsa de estudo, "cheque-mãe", além de plano de ações para os colaboradores elegíveis, conforme descrito na Nota Explicativa nº 23. A despesa proveniente de tais benefícios, registrada no exercício de 2020 foi de R\$ 332.861 para a controladora (R\$ 280.070 em 2019) e R\$ 483.256 para o consolidado (R\$ 305.553 em 2019).

As despesas com fretes relacionadas ao transporte das mercadorias dos CDs até as lojas físicas e entrega dos produtos revendidos aos consumidores são classificadas como despesas com vendas.

27. Outras receitas operacionais, líquidas

	Nove meses findos			
	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Apropriação da receita diferida (a)	53.691	51.457	57.032	53.118
Reversão (provisão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	35.002	(227.999)	35.374	(240.702)
Créditos tributários (b)	53.248	731.197	56.434	816.467
Outras receitas	141.941	554.655	148.840	628.883
(Perda) ganho na venda de ativo imobilizado	(3.720)	4.986	(3.344)	7.235
Honorários especialistas (c)	(14.446)	(134.318)	(27.815)	(149.646)
Despesas pré-operacionais de lojas	(9.526)	(21.241)	(9.526)	(21.241)
Aspectos relacionados ao Covid-19 e outros (d)	(32.415)	(52.051)	(33.411)	(48.569)
Outras despesas	(60.107)	(202.624)	(74.096)	(212.221)
Total	81.834	352.031	74.744	416.662

(a) Refere-se à apropriação de receita diferida por cessão de direitos de exploração, conforme descrito na nota explicativa 20.

(b) Refere-se no exercício de 2019 ao reconhecimento dos efeitos apurados e registrados para o trânsito em julgado das ações da Companhia e suas controladas sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, conforme descrito na nota explicativa 10.

(c) Gastos referentes aos custos assessórios para aquisição de empresas, bem como honorários advocatícios de êxito para os processos acima citados.

(d) Refere-se em 2020 principalmente a gastos incorridos em função da Covid-19, como suprimentos para higienização dos Centros de Distribuição e unidades administrativas, entre outros. Em 2019, referia-se principalmente a contratos de não competição realizados com executivos da Companhia.

28. Resultado financeiro

Política Contábil

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo ou ao custo amortizado do passivo. Adicionalmente, a Companhia classifica juros recebidos, dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades operacionais. Os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras:				
Juros de vendas de garantia estendida	44.761	49.982	44.761	49.982
Rendimento de aplicações financeiras e títulos mobiliários	66.428	29.845	18.953	8.544
Juros de vendas de mercadorias - juros por atrasos nos recebimentos	13.903	7.705	13.907	7.807
Atualizações monetárias ativa (a)	76.222	530.565	105.402	576.969
Outros	149	29.324	345	31.061
	201.463	647.421	183.368	674.363
Despesas financeiras:				
Juros de empréstimos e financiamentos	(46.327)	(49.465)	(46.574)	(56.371)
Juros arrendamento mercantil	(173.430)	(147.715)	(179.434)	(152.353)
Encargos sobre antecipação de cartão de crédito	(207.871)	(388.737)	(239.838)	(402.308)
Provisão para perda com juros de garantia estendida	(26.223)	(29.679)	(26.223)	(29.679)
Impostos sobre resultado financeiro	(9.961)	(30.230)	(11.374)	(30.245)
Atualizações monetárias passivas	(17.898)	(33.120)	(41.912)	(33.446)
Outros	(44.833)	(35.464)	(48.508)	(40.374)
	(526.543)	(714.410)	(593.863)	(744.776)
Resultado financeiro líquido	(325.080)	(66.989)	(410.495)	(70.413)

- (a) Refere-se fundamentalmente à atualização monetária dos efeitos apurados e registrados para o trânsito em julgado das ações da Companhia e suas controladas sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, conforme demonstrado na nota explicativa 12.

29. Informação por segmento de negócios

Como forma de gerenciar seus negócios, tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em Varejo, Operações Financeiras, Operações de Seguros e Outros Serviços. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são:

Varejo - substancialmente revenda de mercadorias e prestações de serviços nas lojas da Companhia, comércio eletrônico (*e-commerce tradicional e marketplace*) e por intermédio da Aiqfome. No contexto do marketplace, está somado a este segmento as informações relacionadas ao Magalu Pagamentos;

Operações financeiras - por meio da controlada em conjunto Luizacred, que tem como objeto principal fornecer crédito aos clientes da Companhia para aquisição de produtos;

Operações de seguros - por meio da controlada em conjunto Luizaseg, que tem como objeto principal a oferta de garantias estendidas aos produtos adquiridos pelos clientes da Companhia;

Outros Serviços - soma da prestação de serviços de administração de consórcios por meio da controlada LAC, que tem como objeto principal a administração de consórcios aos clientes da Companhia, para aquisição de produtos; serviços de gerenciamento de entregas de produtos - por meio da controlada Magalog e serviços de desenvolvimento de softwares por meio das controladas do Grupo Softbox.

As vendas da Companhia são integralmente realizadas em território nacional e, considerando as operações no varejo, não existe concentração de clientes, assim como de produtos e serviços oferecidos.

Demonstrações do resultado

	2020					
	Varejo (a)	Operações financeiras	Operações de seguros	Outros Serviços	Eliminação (b)	Consolidado
Receita bruta	35.815.419	1.170.869	298.224	516.772	(1.685.248)	36.116.036
Deduções da receita	(6.870.610)	-	-	(68.313)	-	(6.938.923)
Receita líquida do segmento	28.944.809	1.170.869	298.224	448.459	(1.685.248)	29.177.113
Custos	(21.312.383)	(63.396)	(32.090)	(355.608)	106.326	(21.657.151)
Lucro bruto	7.632.426	1.107.473	266.134	92.851	(1.578.922)	7.519.962
					-	
Despesas com vendas	(5.334.192)	(449.111)	(212.740)	(33.741)	867.166	(5.162.618)
Despesas gerais e administrativas	(863.761)	(8.484)	(28.843)	(43.038)	37.327	(906.799)
Resultado da provisão de créditos de liquidação duvidosa	(109.531)	(447.142)	-	(8.588)	447.142	(118.119)
Depreciação e amortização	(697.367)	(5.990)	(5.339)	(5.156)	11.329	(702.523)
Equivalência patrimonial	118.458	-	-	-	1.471	119.929
Outras receitas operacionais	73.410	(25.224)	183	1.334	25.041	74.744
Receitas financeiras	181.534	-	17.416	1.834	(17.416)	183.368
Despesas financeiras	(591.193)	-	(79)	(2.670)	79	(593.863)
Imposto de renda e contribuição social	(18.075)	(69.093)	(19.232)	(4.297)	88.325	(22.372)
Lucro (prejuízo) líquido do período	391.709	102.429	17.500	(1.471)	(118.458)	391.709

Conciliação da equivalência patrimonial

Equivalência patrimonial – Outros serviços (Nota 12)	(1.471)
Equivalência patrimonial – Luizacred (Nota 13)	102.429
Equivalência patrimonial – Luizaseg (Nota 13)	17.500
(=) Equivalência patrimonial do segmento de varejo	118.458
(-) Efeito de eliminação – Outros serviços	1.471
(=) Resultado de equivalência patrimonial consolidado	119.929

Demonstrações do resultado

	2019					Consolidado
	Varejo (a)	Operações financeiras	Operações de seguros	Outros Serviços	Eliminações (b)	
Receita bruta	24.273.508	1.284.111	282.291	159.100	(1.621.877)	24.377.133
Deduções da receita	(4.474.442)	-	-	(16.381)	-	(4.490.823)
Receita líquida do segmento	19.799.066	1.284.111	282.291	142.719	(1.621.877)	19.886.310
Custos	(14.259.726)	(127.167)	(26.528)	(87.370)	168.442	(14.332.349)
Lucro bruto	5.539.340	1.156.944	255.763	55.349	(1.453.435)	5.553.961
Despesas com vendas	(3.481.736)	(429.770)	(221.059)	(3.104)	691.557	(3.444.112)
Despesas gerais e administrativas	(662.698)	(16.915)	(26.058)	(38.889)	42.973	(701.587)
Resultado da provisão com créditos de liquidação duvidosa	(74.345)	(636.797)	-	(1.648)	636.797	(75.993)
Depreciação e amortização	(486.011)	(5.962)	(5.084)	(964)	11.046	(486.975)
Equivalência patrimonial	38.144	-	-	-	(11.537)	26.607
Outras receitas operacionais	413.047	(32.806)	198	3.615	32.608	416.662
Receitas financeiras	671.342	-	18.067	3.021	(18.067)	674.363
Despesas financeiras	(744.197)	-	(40)	(579)	40	(744.776)
Imposto de renda e contribuição social	(291.058)	(14.531)	(15.343)	(5.264)	29.874	(296.322)
Lucro líquido do período	921.828	20.163	6.444	11.537	(38.144)	921.828

Conciliação da equivalência patrimonial

Equivalência patrimonial Outros serviços (Nota 12)	11.537
Equivalência patrimonial Luizacred (Nota 13)	20.163
Equivalência patrimonial Luizaseg (Nota 13)	6.444
(=) Equivalência patrimonial do segmento de varejo	38.144
(-) Efeito de eliminação Outros serviços	(11.537)
(=) Resultado de equivalência patrimonial consolidado	26.607

- a) O segmento de varejo é representado pelos montantes consolidados contemplando os resultados do Magazine Luiza S.A., Época Cosméticos, Integra Commerce e Netshoes. No segmento de varejo, a linha de equivalência patrimonial contempla os resultados líquidos das operações financeiras, de seguros e outros serviços, uma vez que esse montante está contido nos valores de lucro ou prejuízo do segmento utilizado pelo principal gestor das operações.
- b) As eliminações são representadas principalmente pelos efeitos dos segmentos operações financeiras e operações de seguro, que são apresentados de forma proporcional acima, porém são incluídas apenas em uma linha de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.
- c) As transferências de receita líquida entre os segmentos operacionais são menores que 10% da receita líquida combinada de todos os segmentos e não são regularmente revisadas pelo principal gestor de operações da Companhia.

Balanço patrimonial

	2020			
	Varejo (*)	Operações financeiras	Operações de seguros	Outros Serviços
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.584.648	13.199	212	96.728
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	1.220.095	7.255	300.302	1.684
Contas a receber	4.729.705	5.587.189	-	48.334
Estoques	5.927.236	-	-	-
Investimentos	648.460	-	-	-
Imobilizado, intangível e direito de uso	5.331.199	52.773	27.835	229.740
Outros	5.003.590	234.710	39.185	101.809
	24.444.933	5.895.126	367.534	478.295
Passivos				
Fornecedores	8.450.342	-	1.231	51.056
Repasse e outros depósitos	718.482	-	-	-
Empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros	1.684.246	-	-	2.516
Arrendamento mercantil	2.526.304	-	-	-
Depósitos interfinanceiros	-	1.580.845	-	-
Operações com cartões de crédito	-	2.721.818	-	-
Provisões técnicas de seguros	-	-	320.887	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.	1.314.929	30.945	1.824	57.412
Receita diferida	344.279	10.501	-	-
Outras	2.081.064	1.166.066	41.817	150.297
	17.119.646	5.510.175	365.759	261.281
Patrimônio líquido	7.325.287	384.951	1.775	217.014

Conciliação do investimento

Controladas (Nota 12)

Consórcio Luiza	52.129
Magalog	145.212
Grupo Softbox	64.396
Magalu Pagamentos	156.721
	418.458

Controladas em conjunto (Nota 13)

Luizacred	384.951
Luizaseg	1.774
	386.725

Total dos investimentos

	805.183
(-) Efeito de eliminação	(418.458)
(=) Resultado de investimento consolidado	386.725

Balanço patrimonial

	2019			
	Varejo (*)	Operações financeira s	Operações de seguros	Outros Serviços
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	248.988	15.327	103	56.758
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	4.446.143	37.975	270.552	2.229
Contas a receber	2.906.243	5.174.703	-	25.633
Estoques	3.801.763	-	-	-
Investimentos	410.894	-	-	-
Imobilizado, intangível e direito de uso	4.838.386	58.718	33.148	5.244
Outros	3.084.414	306.323	36.948	18.358
	19.736.831	5.593.046	340.751	108.222
Passivos				
Fornecedores	5.911.232	-	1.185	23.645
Empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros	847.054	-	-	1.775
Arrendamento mercantil	2.280.322	-	-	-
Depósitos interfinanceiros	-	2.677.682	-	-
Operações com cartões de crédito	-	2.341.973	-	-
Provisões técnicas de seguros	-	-	285.283	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.	1.027.341	61.621	1.312	667
Receita diferida	399.837	12.986	-	-
Outras	1.706.108	203.313	43.351	22.807
	12.171.894	5.297.575	331.131	48.894
Patrimônio líquido	7.564.937	295.471	9.620	59.328

Conciliação do investimento

Controladas (Nota 12)

Consórcio Luiza	44.372
Magalog	14.039
Grupo Softbox	45.400
Magalu Pagamentos	1.992
	105.803

Controladas em conjunto (Nota 13)

Luizacred	295.471
Luizaseg	9.620
	305.091

Total dos investimentos

	410.894
(-) Efeito de eliminação	(105.803)
(=) Resultado de investimento consolidado	305.091

(*) Saldos consolidados contemplando Magazine Luiza S.A, Netshoes, Época Cosméticos, Integra Commerce, Magalu Pagamentos e Aiqfome.

30. Instrumentos financeiros

Política Contábil

(i) Classificação inicial e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) ao Valor Justo (VJR). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros mensurados ao VJORA: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(ii) Desreconhecimento e compensação

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iii) Impairment de ativos financeiros

A Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações “*forward looking*”, como premissas macroeconômicas de inflação e crescimento de vendas. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou - o ativo financeiro está vencido há mais de 30 dias.

Mensuração de perdas de crédito esperadas

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação de crédito” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Categoria de instrumentos financeiros

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	Mensuração Valor justo	Controladora				Consolidado			
			2020		2019		2020		2019	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Caixa e bancos	Custo amortizado	Nível 2	154.895	154.895	167.618	167.618	362.166	362.166	240.618	240.618
Contas a receber - Cartão de crédito e débito	Custo amortizado	Nível 2	2.651.043	2.651.043	2.042.299	2.042.299	3.856.923	3.856.923	2.126.642	2.126.642
Contas a receber - Demais contas a receber de clientes e de acordos comerciais	Custo amortizado	Nível 2	825.808	825.808	741.664	741.664	921.116	921.116	805.234	805.234
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	412.350	412.350	104.510	104.510	80.634	80.634	100.551	100.551
Contas a receber de partes relacionadas - Cartão de Crédito	Custo amortizado	Nível 2	2.249.014	2.249.014	269.485	269.485	2.249.014	2.249.014	269.485	269.485
Equivalentes de caixa – Letras	VJR	Nível 2	509.583	509.583	7.914	7.914	509.583	509.583	7.914	7.914
Equivalentes de caixa – CDBs	Custo amortizado	Nível 2	617.091	617.091	5.267	5.267	777.208	777.208	16.333	16.333
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	Nível 2	12.287	12.287	12.094	12.094	13.811	13.811	14.323	14.323
Títulos e valores mobiliários	VJR	Nível 2	1.207.808	1.207.808	4.434.049	4.434.049	1.207.968	1.207.968	4.434.049	4.434.049
Total de Ativos financeiros			8.639.879	8.639.879	7.784.900	7.784.900	9.978.423	9.978.423	8.015.149	8.015.149

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	Mensuração Valor justo	Controladora				Consolidado			
			2020		2019		2020		2019	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	7.679.861	7.679.861	5.413.546	5.413.546	8.501.398	8.501.398	5.934.877	5.934.877
Repasse e outros depósitos	Custo amortizado	Nível 2	-	-	-	-	718.482	718.482	-	-
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Nível 2	1.683.968	1.676.769	847.054	847.054	1.686.762	1.679.563	848.829	848.829
Arrendamento mercantil	Custo amortizado	Nível 2	2.497.323	2.497.323	2.205.750	2.205.750	2.526.304	2.526.304	2.280.322	2.280.322
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	189.135	189.135	152.094	152.094	130.286	130.286	152.126	152.126
Outras contas a pagar – ex-cotistas	Custo amortizado	Nível 2	12.725	12.725	10.581	10.581	71.272	71.272	10.581	10.581
Total de Passivos financeiros			12.063.012	12.055.813	8.629.025	8.629.025	13.634.504	13.627.305	9.226.735	9.226.735

Mensurações de valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. A Companhia utiliza a técnica de fluxo de caixa descontado para suas mensurações;

Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis:

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- Fluxos de caixa descontados, que considera o valor presente dos pagamentos futuros esperados, descontado por uma taxa ajustada ao risco para os instrumentos financeiros remanescentes.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura e modernização de lojas, novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

Gestão de risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira da Companhia, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Controladora	Saldo Contábil	Inferior a um ano	Uma três anos	Superior a Três anos	Total
Fornecedores	7.679.861	7.679.861	-	-	7.679.861
Arrendamento mercantil	2.497.323	477.099	857.030	2.165.725	3.499.854
Empréstimos e financiamentos	1.683.968	1.685.002	15.308	-	1.700.310
Partes relacionadas	189.135	189.135	-	-	189.135
Outras contas a pagar ex-cotistas/sócios	12.725	5.291	14.890	5.011	25.192

Consolidado	Saldo Contábil	Inferior a um ano	Uma três anos	Superior a Três anos	Total
Fornecedores	8.501.398	8.501.398	-	-	8.501.398
Arrendamento mercantil	2.526.304	488.388	877.308	2.216.969	3.582.665
Empréstimos e financiamentos	1.686.762	1.685.002	18.102	-	1.703.104
Partes relacionadas	130.286	130.286	-	-	130.286
Outras contas a pagar	71.272	15.046	44.076	14.739	73.861

Considerações sobre outros riscos financeiros

Os negócios da Companhia compreendem especialmente o comércio varejista de bens de consumo e serviços de seguros, financeiros e outros como descrito na nota explicativa 29, de informação por segmentos. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são, sumariamente, os seguintes:

Risco de crédito: o risco de crédito surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes, cujo saldo consolidado em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 4.630.480 (R\$ 2.726.430 em 31 de dezembro de 2019). Grande parte das vendas da Companhia são realizadas utilizando como modalidade de pagamento o cartão de crédito, que são substancialmente securitizadas com as administradoras de cartões de crédito. Para os demais contas a receber a Companhia avalia também o risco como sendo baixo, tendo em vista a pulverização natural das vendas em função do grande número de clientes, porém não há garantias reais de recebimento do saldo total de contas a receber, em virtude da natureza dos negócios. Mesmo assim, o risco é gerenciado por meio de análises periódicas do nível de inadimplência (com critérios consistentes para suportar os requerimentos da IFRS 9), bem como pela adoção de formas mais eficazes de cobrança. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha em contas a receber saldos que estariam vencidos ou perdidos, cujos termos foram renegociados, no montante de R\$ 37.537 (R\$ 14.841 em 31 de dezembro de 2019), os quais estão adicionados à análise sobre a necessidade de constituição de provisão para perda esperada de créditos. Na nota explicativa 7 são divulgadas maiores informações sobre o contas a receber.

A política da Companhia para investimentos em títulos de dívida (aplicações financeiras) é de se investir em títulos que possuem rating atribuído pelas principais agências de risco de crédito e que tenham uma classificação igual ou superior ao rating soberano (em escala global). Em 31 de dezembro de 2020, a quase totalidade dos investimentos mantidos pela Companhia possuem tal nível de rating atingindo o montante de R\$ 2.346.769 (R\$ 4.459.324 em 31 de dezembro de 2019) na Controladora e R\$ 2.540.989 (R\$ 4.513.500 em 31 de dezembro 2019) no Consolidado.

Risco de mercado: decorre do possível desaquecimento do varejo no cenário econômico do País. O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado por meio do estabelecimento de políticas operacionais e comerciais, determinação de limites para transações com derivativos e do monitoramento constante das posições assumidas. Os principais riscos relacionados são as variações na taxa de juros e nas taxas de câmbio.

Risco cambial: na data dessas informações trimestrais a Companhia não possuía operações cambiais significativas negociadas diretamente. Porém, muitos produtos que a Companhia comercializa, especialmente itens de tecnologia, são fabricados localmente, mas possuem diversos componentes importados, de forma que seus custos podem variar com a variação cambial. Assim, a gestão do risco cambial “indireto” está bastante ligada à gestão comercial, de preço e margem de produtos e é realizada juntamente com seus fornecedores, que procura não repassar grandes oscilações aos clientes finais.

Risco de taxas de juros: a Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes vinculadas ao “Certificado de Depósito Interbancário (CDI)”, relativas a aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos em reais, para os quais realizou análise de sensibilidade, conforme descrito abaixo.

Em 31 de dezembro de 2020, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de redução nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se taxas de juros futuros divulgadas pela BM&F BOVESPA e/ou BACEN, considerando uma taxa base de CDI em 1,90%a.a.. Os efeitos esperados das receitas com aplicações financeiras líquidas de despesas financeiras de empréstimos e financiamentos para os próximos três meses são como segue:

	Controladora 2020	Consolidado 2020
Certificados de depósitos bancários (nota 5)	1.126.674	1.286.791
Fundos de investimentos não exclusivos (nota 5)	-	32.419
Equivalentes de caixa	1.126.674	1.319.210
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	1.220.095	1.221.779
Total equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	2.346.769	2.540.989
Empréstimos e financiamentos (nota 19)	(1.683.968)	(1.686.762)
Exposição líquida	662.801	854.227
Receita financeira de juros - exposição a CDI	1,90%	1,90%
Impacto no resultado financeiro, líquido de impostos:		
Cenário I Provável – taxa de 1,90% a.a.	2.293	2.956
Cenário II Redução 25%- taxa de 1,43% a.a.	1.720	2.217
Cenário III Redução 50% - taxa de 0,95% a.a.	1.147	1.478

31. Demonstrações dos fluxos de caixa

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Variação de valor justos de ativos financeiros	(6.127)	(5.846)	(6.127)	(5.846)
Compensação de tributos a recuperar	(869.794)	-	(869.794)	-
Plano de ações – Netshoes	(11.783)	(4.344)	(11.783)	(4.344)
Contas a pagar	(83.354)	(13.950)	-83.354	15.582
Dividendos propostos por controladas e controladas em conjunto e não recebidos	38.064	22.522	38.064	19.912
Dividendos ou JCP declarados não pagos no exercício	(39.953)	(123.566)	(39.953)	(123.566)
Adições IFRS 16 – Direito de Uso e Arrendamento	585.571	428.244	560.368	428.244
Adoção inicial do IFRS 16 – Direito de Uso e arrendamento	-	1.947.468	-	1.947.468
Remensuração IFRS 16 – Direito de Uso e arrendamento	-	77.962	-	77.962

32. Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As coberturas de seguros, em valores de 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, são assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Responsabilidade civil e D&O	100.000	100.000	331.202	230.425
Riscos diversos - estoques e imobilizado	5.137.238	3.674.701	5.492.117	4.139.459
Veículos	23.823	22.872	23.823	35.706
Total	5.261.061	3.797.573	5.847.142	4.405.590

33. Eventos subsequentes

Em 02 de março de 2021, a Companhia comunicou ao mercado a aquisição, através de sua controlada Softbox, de 100% das quotas da VipCommerce Sistemas Ltda., uma startup de tecnologia no modelo *Software as a Service (SaaS)*. A VipCommerce é uma plataforma de e-commerce *white-label* criada exclusivamente para atender o varejo alimentar, permitindo que supermercados e atacarejos vendam online, reforçando sua marca e o relacionamento com seus clientes. Com uma solução completa de e-commerce, a VipCommerce oferece não apenas uma loja online (incluindo desktop, celular e aplicativo), como também a gestão total do ciclo do pedido, desde a compra até a entrega final. A aquisição da VipCommerce permitirá que supermercados juntem forças com a Companhia em sua categoria de mercado. A Companhia pagará aos vendedores o valor total entre 47.500 e 65.000, a depender do atingimento de determinadas metas.